

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Boa noite a todas e a todos. Vamos iniciar a nossa Audiência Pública. Então, peço que todos possam sentar para se acomodar, para a gente iniciar.

Boa noite novamente a todas e a todos os presentes. Vamos iniciar a nossa Audiência Pública dessa noite.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente, IEMA, realiza a Audiência Pública para o processo de licenciamento ambiental da implantação da expansão da Imetame Logística Porto, no município de Aracruz, processo no IEMA nº 53976541.

Meu nome é Chander Freitas, sou servidor do IEMA e mediador da Audiência dessa noite, como suplente na minha função, Felipe Hastenreiter, que é o nosso subgerente de Energia e Obras Costeiras.

Eu vou anunciar como vai ser o desenvolvimento da Audiência dessa noite. Inicialmente, o IEMA faz uma breve apresentação sobre o licenciamento ambiental e a participação Pública em cerca de 10 minutos.

Após, a empresa apresenta o seu projeto e o seu Estudo de Impacto Ambiental em cerca de 50 minutos. Após isso, um intervalo de 15 minutos. E, no retorno, nós montamos a Mesa e começamos o debate com as perguntas que vocês farão, e, após isso, o encerramento da Audiência.

A Audiência está se iniciando agora às 19 horas e eu vou dar prosseguimento com a leitura das regras dessa Audiência. É muito importante que todas e todos que estão aqui assinem a lista de presença, que é para registrar a participação de todo mundo, apenas como registro e que a Audiência foi realizada.

A duração da Audiência Pública deverá ser de até 2h30min, com possível prorrogação por mais de meia hora conforme a quantidade de perguntas que forem encaminhadas à Mesa. Quem desejar fazer perguntas que podem ser escritas ou orais deve preencher a ficha de perguntas que está disponível aqui na Mesa, na recepção. E, para as perguntas escritas, incluir o nome de quem está fazendo a pergunta, escreve a pergunta e quem você quer que responda essa pergunta, se é a empresa ou se o IEMA.

As inscrições para as perguntas escritas e orais são encerradas até meia hora depois do debate. Então, a gente volta do intervalo, começa o debate, quem quiser se inscrever tem meia hora para fazer a sua inscrição. A gente, primeiro responde as perguntas escritas que forem encaminhadas para a Mesa e depois faz as perguntas orais.

Cada participante que desejar fazer pergunta oral tem dois minutos para fazer a sua pergunta e quem for responder tem três minutos para fazer a sua resposta. A gente tem que seguir esse tempo, porque podem ser muitas perguntas, muitas participações, e é importante que todo mundo possa participar.

A depender da quantidade de perguntas que forem recebidas, o Mediador pode alterar a dinâmica do debate, por exemplo, agrupando algumas perguntas que forem parecidas para agilizar a nossa Audiência.

É importante dizer que somente serão respondidas questões que tratem do assunto dessa Audiência Pública. Não haverá debate sobre outros assuntos, nem sobre outros empreendimentos da região. Também a Audiência não é o momento para se votar pela aprovação ou rejeição do empreendimento que for aqui discutido.

A ata transcrita dessa Audiência Pública, que está sendo elaborada pelos nossos colegas aqui ao lado, vai estar à disposição no site do IEMA, que é o www.iema.es.gov.br, junto à lista de presença e às perguntas que forem feitas durante a Audiência, a partir do dia 23 de junho de 2026, que são 10 dias úteis contados a partir de hoje.

Agora eu apresento a equipe técnica do IEMA, que é responsável pela análise desse empreendimento, que está aqui presente, Cassia de Carvalho, pode levantar a mão. Eu também faço parte, Chander Freitas, Luiz Deister, Natan Maia e Sarah Gasparini. Nós também temos a presença de outros servidores aqui junto com a gente, João Paulo Furtado de Oliveira, Silvana Peninck, Maria Salarolli, que é assessora técnica do IEMA, Felipe Hastenreiter, que é o nosso subgerente de Energia e Obras Costeiras, e Weslei Uhlig, que é o nosso gerente de Licenciamento e Controle de Empreendimentos Industriais e Costeiros.

Agora vocês vão me ouvir só mais um pouquinho, que a gente faz uma apresentação sobre o licenciamento e a participação Pública, que é importante para vocês entenderem em que momento a gente está nesse processo.

A gente sabe que qualquer chegada de empreendimento, nesse caso aqui também uma ampliação de empreendimento, gera sempre dúvidas sobre o que aquilo vai ser, que impactos vai gerar, como que isso vai modificar a vida das pessoas que estão aqui. Por isso que é importante a gente incluir a sociedade nessa tomada de decisão, ouvindo a perspectiva de todo mundo aqui.

O licenciamento ambiental é necessário para todas as atividades que utilizam recursos naturais e que possam causar algum tipo de degradação do meio ambiente. Todos eles precisam de licenciamento ambiental.

Para a gente decidir pela emissão da licença, podem ser feitos alguns tipos de estudo; nesse caso, que a gente está vendo aqui hoje, é o estudo mais completo, mais complexo, que é o EIA-RIMA, que é o Estudo de Impacto Ambiental e com Relatório de Impacto Ambiental. É o estudo mais completo que a gente tem, porque é um empreendimento de um tamanho considerável.

Bom, e que momento a gente está, então, desse processo aqui hoje? Todo licenciamento começa com uma Carta-consulta, que é onde a gente define que tipo de estudo vai ser feito. Então, a gente teve isso e foi definido que seria esse estudo mais completo, o EIA-RIMA. Isso depois a gente monta um Termo de Referência, que é onde a gente diz sobre cada impacto, de meio físico, de meio biótico e de meio socioeconômico, o que tem que ser estudado naquela região, para aquele tipo de impacto que vai ser causado.

Então, depois disso, a empresa apresenta para a gente esse estudo, a gente faz uma análise, quase sempre é necessária alguma revisão, alguma complementação. Quando chega essa complementação, nós analisamos e chegamos ao ponto de levar esse estudo para a Audiência Pública, que é onde a gente está aqui hoje. Depois da Audiência feita, com as opiniões de todo mundo avaliadas, a gente emite um parecer onde a gente defere, concorda ou não com a licença ambiental.

No caso dos grandes empreendimentos, isso ainda vai para o Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, que é quem bate o martelo pela emissão da licença ambiental e as condicionantes, todas as obrigações que a empresa tem que cumprir nessa licença, que a gente vai, ao longo da licença, acompanhando a execução delas. Então, a gente está, nesse momento aqui, em vermelho.



A licença, então, é esse ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, pode ser federal, estadual ou municipal, nesse caso estadual, coloca as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que devem ser obedecidas pelo empreendedor de forma a prevenir os impactos ambientais.

Existem alguns tipos de licença. Então, a gente aqui, por exemplo, está em uma fase ainda antes da Licença Prévia. A Licença Prévia, que é a primeira licença a ser emitida pelo IEMA, ela não autoriza ainda o início das obras, mas ela diz que aquele empreendimento é viável, é possível naquele local, e coloca todos os programas que têm que ser detalhados para o IEMA.

Ele cumprindo essa parte, a gente emite a Licença de Instalação, que autoriza as obras, e depois a Licença de Operação, que é quando o empreendimento começa, de fato, a funcionar.

A participação pública nesse processo todo é muito estimulada, porque tem como objetivo principal informar todo mundo sobre o que está acontecendo ali no território, e a gente tem esse processo como informativo, informar e consultivo, de questionar as pessoas sobre as opiniões delas, as percepções, para a gente auxiliar a nossa tomada de decisão, para que as nossas condicionantes sejam as melhores possíveis, considerando o que acontece aqui.

Essa participação acontece em alguns momentos diferentes. Todos os requerimentos de licença e a obtenção da licença é publicada oficialmente no Diário Oficial, a gente tem Audiência Pública, também como momento de informação, a gente tem os Conselhos de Meio Ambiente, municipais e estadual também, e em alguns empreendimentos, como é o próprio caso da Imetame, a gente tem comissões de acompanhamento das licenças, onde as lideranças das associações que estão naquele local participam de reuniões, geralmente semestrais, para acompanhar o andamento das licenças. É mais uma forma de trazer a sociedade para esse processo.

Mais uma vez, é uma forma de dar transparência sobre os nossos atos, de captar com vocês as expectativas, as inquietações, sobre como aquela empresa vai atuar nesse território, e também como forma de fortalecer a participação da sociedade nas questões



ambientais. A presença de todo mundo aqui hoje, em grande número, mostra como isso está fortalecido.

Essa parte, tudo o que eu falei é muito importante, mas isso aqui é o mais importante de tudo. De acordo com o decreto que regula o licenciamento ambiental, no seu Artigo 56, além de tudo o que vocês informarem para a gente hoje aqui, todo mundo pode, até o dia 23 de junho, que são 10 dias úteis a partir de hoje, colocar novas manifestações, novas contribuições para serem analisadas pela nossa equipe.

A gente sabe que vocês vão ouvir aqui muitas coisas hoje, muita informação, e nem sempre a gente contribuir na hora com tudo que a gente gostaria, então, a gente tem esse prazo ainda para receber essas manifestações, quem puder tirar foto do nosso e-mail para ter essa informação. Essas manifestações podem ser protocoladas no IEMA, ou, de uma forma mais fácil, serem encaminhadas para esse e-mail, que é o *participacaopublica@iema.es.gov.br*, participação sem o Cedilha e sem o Tio.

Então, da minha parte era isso, e agora a gente passa para Imetame apresentar o projeto e o estudo ambiental aqui em 50 minutos. Vou iniciar a contagem do prazo assim que a empresa começar.

Muito obrigado pela atenção de todo mundo até agora.



O SR. SÉRGIO FANTINI – (EMPREENDEDOR) - Uma ótima noite a todos. Quero novamente agradecer a presença de tantas pessoas aqui que a gente conhece, algumas que a gente ainda não conhece, pessoas que não víamos há muito tempo, muito bom revê-los. Agradecer aqui a essa equipe extensa do IEMA, que vem aqui continuar nos avaliando, avaliando nossa apresentação. Um agradecimento especial aqui a diversos consultores que trabalharam conosco nos estudos, estão aqui presentes também, prestando apoio. E quero agradecer a presença de todas as lideranças comunitárias que nos apoiaram na divulgação, que estiveram conosco nesses últimos cinco anos acompanhando o licenciamento, eu acho que a participação dessas lideranças e seus associados, os companheiros, etc., está muito bem demonstrada aqui na participação comunitária. É muito bom ver essa casa cheia.

Nós vamos buscar apresentar de uma forma... Antes quero me apresentar também.

Meu nome é Sérgio Fantini, sou diretor de Sustentabilidade atualmente na Imetame, tenho sete anos de empresa, e agradecer também a confiança dos meus colegas, do fundador da empresa, dos nossos diretores, a confiança por ter esse privilégio de apresentar esse momento importante para a região da Orla de Aracruz.

Nós vamos buscar fazer uma apresentação da maneira mais simplificada possível, buscando usar aqui os termos técnicos, os termos mais complicados, a gente trazer para uma compreensão mais fácil para todos. Eu quero informar também que a gente tem uma

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.

cópia do EIA-RIMA impressa aqui, que pode ser consultada por quem desejar, e o próprio EIA-RIMA está disponível no site do IEMA, pode ser baixado do site do IEMA a qualquer momento, já está lá divulgado, acredito, há mais de 60 dias, então, também é uma fonte de informação que complementa ao que nós vamos apresentar aqui agora e pode ser utilizada por todos, nessa fase que o Chander muito bem esclareceu aqui, pós-audiência, para que manifestações que não sejam feitas hoje continuem sendo feitas nos próximos dias.

Então, sem mais delongas, partir para a apresentação aqui, vou tentar me posicionar de forma a não atrapalhar ninguém. Estamos hoje apresentando a ampliação do Imetame Logística Porto. É importante ressaltar esse ponto, nós estamos falando aqui da ampliação de um empreendimento que já está em instalação, é uma complementação desse empreendimento que nós vamos ver agora, e esse EIA-RIMA, justamente, ele trouxe informações adicionais a tudo que a gente já vem monitorando, a tudo que já foi apresentado anteriormente, e que gerou a Licença de Instalação que hoje nos ajuda, nos apoia, dá o subsídio jurídico para a gente fazer a instalação que já está acontecendo.

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



Inicialmente, eu queria mostrar uma breve linha do tempo desse projeto. Nasceu um projeto em 2010, nós tínhamos a ideia de construir um porto pequeno, uma base de apoio para as atividades de petróleo, que a gente chama de apoio offshore, aquelas plataformas que estão no mar. Em 2011, 2012, após a elaboração de um EIA-RIMA, a gente teve Audiências Públicas e recebemos uma Licença Prévia, isso estamos falando de 14 anos atrás. Em 2014, nós recebemos uma Licença de Instalação, porém, com mais uma Audiência, nesse caso, também aconteceu uma Audiência no âmbito municipal, que é o que a gente está vendo ali, Audiência Pública coordenada pela SEMAM, do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Em 2017, a Imetame decidiu, então, alterar o projeto e expandir o que seria um porto de apoio offshore para um porto multimodal. Naquele momento, a gente já tinha um EIA-RIMA feito, fizemos mais um RCA, Relatório de Controle Ambiental, que é um estudo de uma categoria logo abaixo de um EIA-RIMA. Fizemos a alteração do projeto para um porto multimodal. Essa alteração de projeto, após o RCA elaborado e analisado pelo IEMA, gerou mais duas Audiências Públicas. A partir dessas Audiências Públicas, que aconteceram em Aracruz e aqui em Barra do Riacho, com o aval da comunidade, com a aprovação dos estudos pelo IEMA, nós obtivemos, então, a Licença de Instalação nº 040/2018, que é essa que a gente vê aqui, 040/2018, e é a licença que hoje suporta as atividades que já estão ocorrendo.

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



Uma série de coisas que a gente vai ver durante a apresentação já estão licenciadas, estão em instalação, e nós vamos mostrar também aquilo que vem agora na nossa caminhada para a ampliação.

Foram solicitadas informações complementares em 2025, o Chander colocou isso de uma forma muito clara aqui, fizemos carta-consulta, foi definido o novo EIA-RIMA, realizamos o EIA-RIMA, entregamos ao IEMA, esse EIA-RIMA foi analisado durante muito tempo, esse é um processo que, vocês veem, começou em 2024, e estamos aqui hoje, em 2026, na nossa Audiência Pública, nesse momento.



O que nós temos aqui? É importante que a gente tenha muito claro durante essa apresentação, o que vocês estão vendo aqui, nessa parte pintada de laranja, eu acredito, o que chamamos de área leste e área oeste 1, e a construção dos terminais portuários, onde a gente está construindo os cais, e a construção deste quebra-mar, e a dragagem dessa área, já são atividades licenciadas. E, como eu disse, estão dentro da LI 040, que é vigente.

O que nós vamos mostrar hoje é a ampliação. Nós estamos vendo aqui a área já licenciada, essas áreas aqui, que agora surgiram na tela, é a área de ampliação do porto, a área que busca acomodar a carga que o porto vai receber.

A gente tem também... André, mais um clique, por favor. Vamos falar também, está incluído nesse licenciamento um ramal ferroviário, que passa todo por dentro de uma área industrial, principalmente por áreas de eucalipto, e vem entrar no porto, aqui nessa parte norte do porto. Ela sai lá do entroncamento, pertinho da pera ferroviária da Portocel. A gente faz uma ligação lá com o Portocel e traz um ramal ferroviário até o porto.

Finalmente, a gente já tinha licenciado uma bacia de manobra, toda essa parte aqui já estava licenciada, um canal de acesso, que vinha até aqui, e, como novidade dentro da expansão do porto, temos um aumento do comprimento do canal de acesso. O canal de acesso é o corredor por onde os navios acessam e saem do porto. Todo navio que acessar

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



esse porto, ele só pode utilizar essa via de entrada e saída. É uma obrigação, é uma norma da Marinha. Num futuro, sendo aprovado, vai constar tanto nas cartas de navegação, nas cartas da Marinha, como na informação que vai ser dada a toda a comunidade. Tem uma largura de 290 metros e uma profundidade de 25 metros.

É importante ressaltar aqui que o canal vai exigir uma dragagem, porém é uma dragagem apenas numa parte inicial. A partir de um certo ponto, já está numa profundidade de 25 metros, que é a profundidade que a gente considera uma profundidade de segurança para entrada e saída de navios.



Bom, essa é uma imagem 3D que foi feita do porto, e com essa imagem a gente quer demonstrar muito claramente aqui... André, vou pedir o seu apoio. Vamos mostrar aqui. Essa área, aqui onde nós estamos vendo essa parte aqui, e a continuidade para o lado de cá, é a ES-010, a nossa estrada. A obra do porto hoje acontece nessa área, que todo mundo que passa lá na frente enxerga. Estão ali as construções, que já são visíveis. A gente tem uma área de expansão agora, que é essa área que o André está mostrando para nós, toda essa área. Aqui é a Seatrium, lá já vamos para a Barra do Sahy, e aqui para a rotatória que leva para Suzano, traz para a Barra do Riacho, Vila do Riacho, e o norte do estado.

Quando a gente clicar agora, vocês vão poder ver primeiramente lá em cima. O que nós desejamos é buscar uma capacidade de movimentação de carga de 15 milhões de toneladas ao ano dentro desse porto. Por isso a expansão para a capacidade de recebimento de carga. Nós vamos trabalhar com quatro terminais integrados, que são esses que a gente está vendo aqui.

Vou pedir, André, por favor, primeiro em amarelo, esse é o nosso terminal de containers. O terminal de containers está ligado já nessa área licenciada em construção a toda essa parte em amarelo, onde a gente vai ter aquela parte de containers sendo armazenados, e nós buscamos, na expansão, uma área maior para containers, buscando atingir a capacidade de 15 milhões de toneladas/ano. Temos a conexão do novo ramal ferroviário, que eu falei no slide anterior.

Nessa imagem nós estaremos vendo aqui o caminho que o vagão faria, passando aqui embaixo, voltando pelo mesmo caminho para a saída aqui para Portocel. Essa é a pera ferroviária do ramal ferroviário que vem de Portocel.

Nós estamos vendo lá em roxo um terminal de cargas gerais, de granéis sólidos. Esse terminal está ligado diretamente aos armazéns ao sul do empreendimento, fazem parte da ampliação. O terminal, o cais, já está licenciado, o que nós estamos expandindo são armazéns que, por meio de correias enclausuradas, para evitar a perda de material, por exemplo, grãos de soja, que é uma imagem que a gente tem fácil, a gente tem armazenamento lá de grãos, esses grãos são transferidos por uma correia totalmente fechada até o cais, onde é embarcado nos navios.

A outra parte que a gente tem é essa parte em laranja, que é a parte frontal do porto. Aqui será construído um cais para cargas gerais que vai ter um espaço de armazenamento de cargas aqui também ao sul, na frente dos armazéns, ao lado dos contêineres.

E, finalmente, em azul, a gente vê lá em cima, onde está hoje o quebra-mar leste, que é o que a gente chama esse quebra-mar mais afastado. Esse quebra-mar faz parte da Licença de Instalação que já existe. O que nós estamos ampliando agora é a construção de três pontos de atracação de navio, que é a parte onde a gente pretende trabalhar com óleo e trabalhar com navios petroleiros, trabalhar com abastecimento de embarcações. Ele tem uma ligação direta por tubulações, por dutos, até essa área aqui, a área em azul, que é a área onde a gente vai ter os tanques de armazenamento o que a gente chama de granéis líquidos. Então, podem ser combustíveis, podem ser alguns outros produtos que vão ser embarcados e desembarcados lá naquela parte mais afastada.

Finalmente, um comentário sobre a profundidade, para que a gente possa trabalhar com os navios de óleo e gás, lá na parte externa, perdão, os navios de óleo, lá na parte externa, a gente tem que fazer um aprofundamento daquela parte. Então, hoje temos 17 metros de profundidade no porto e a nossa intenção é buscar naquela área uma profundidade de 25 metros para receber os grandes navios com calado seguro para esses navios. Como vocês percebem, o nosso quebra-mar foi uma extensão do quebra-mar da antiga Jurong, atual Seatrium, que já existe há pelo menos uma década na área.



É importante a gente falar sobre algumas inovações tecnológicas e a eficiência operacional que a gente busca com esse empreendimento. Nós chamamos o porto, a modalidade com que queremos trabalhar é um porto concentrador.

O que é um porto concentrador? Vocês estão vendo ali um navio maior e vários navios pequenos. O porto concentrador, ele funciona como um ponto de distribuição de carga. De que forma? Os navios maiores que vão ser capazes de entrar nesse porto, em função do nosso canal, que vai aprofundar um pouco, em função da profundidade que a gente buscou, de 17 metros, em alguns pontos da maior parte do porto de 17 metros, a gente vai poder receber alguns navios que têm uma capacidade de trazer cargas maiores. Essas cargas maiores saem dos navios grandes e ficam no porto. A partir do porto, elas são reembarcadas em navios menores e distribuídas ao longo do litoral. Isso traz uma grande vantagem para a importação e exportação de mercadorias, de cargas, do que quer que seja, uma vez que a gente reduz a utilização do modal viário. A gente reduz a quantidade de caminhões na estrada porque a carga deixa o navio e volta para outros navios para ser distribuída. E, da mesma forma, navios menores podem trazer cargas de todo o litoral brasileiro, que entram no porto e, do próprio porto, são embarcadas em grandes navios para exportação para locais mais distantes, como a Europa, como a Ásia, entre outros.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL



The diagram is divided into three horizontal sections. The top section, 'PORTO CONCENTRADOR (HUB PORT)', shows a central yellow sun-like icon with arrows pointing to several ships. The middle section, 'OPERAÇÃO ENTRE NAVIOS (SHIP TO SHIP)', shows two ships connected by a crane and pipes, with arrows indicating the flow of goods between them. The bottom section, 'FORNECIMENTO DE ENERGIA (SHORE POWER)', shows a ship connected to a power plant on the shore via cables, with a lightning bolt icon and a 'no engine' symbol.

- PORTO CONCENTRADOR (HUB PORT)**
 - Funciona com o um centro de distribuição.
- OPERAÇÃO ENTRE NAVIOS (SHIP TO SHIP)**
 - Transferência direta sem desembarque.
- FORNECIMENTO DE ENERGIA (SHORE POWER)**
 - Possibilita o desligamento dos motores.

A gente vai também ter uma imagem apenas ilustrativa. Como eu comentei, naqueles cais externos, os mais distantes da costa, a gente vai ter operação entre navios. É o que a gente chama de *ship-to-ship* em inglês, mas é uma operação entre navios, que faz o quê? Uma transferência direta. Então, quando um navio vem com óleo de uma plataforma, ele pode transferir esse óleo para um outro navio e esse navio levar o óleo, pode ser um petróleo, pode ser uma água oleosa, pode ser outro tipo de combustível, ele é recebido no porto, transferido para outro navio e, dali ele já parte para o seu destino.

Então, também evitando a transferência sem o desembarque. Nós não precisamos desembarcar cargas, que são cargas sensíveis, são cargas que têm que ter um controle ambiental muito grande, ela não tem que ser desembarcada. Ela vai do navio, a maior distância que ela vai percorrer são aqueles tanques que a gente mostrou, a área de tancagem, e de lá volta para navios e segue seu rumo.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EFICIÊNCIA OPERACIONAL



PORTO CONCENTRADOR (HUB PORT)
• Funciona com o um centro de distribuição.

OPERAÇÃO ENTRE NAVIOS (SHIP TO SHIP)
• Transferência direta sem desembarque.

FORNECIMENTO DE ENERGIA (SHORE POWER)
• Possibilita o desligamento dos motores.

Finalmente, uma inovação tecnológica muito importante, em termos de sustentabilidade ambiental, que todos os portos hoje vêm buscando, é a gente fornecer energia para os navios. Quando a gente fornece a energia do porto para o navio, o navio pode desligar o seu motor e parar de emitir gases de efeito estufa, parar de queimar óleo diesel, parar de queimar combustível e fazer toda a sua operação, enquanto está embarcando e desembarcando cargas, por meio de energia elétrica.



Os objetivos do nosso empreendimento, de maneira um pouco mais rápida, um resumo do que eu disse, aumentar a capacidade de armazenamento de cargas gerais, cargas de container, granéis sólidos e granéis líquidos.

Viabilizar a atracação no Espírito Santo dos navios de maior porte, que hoje não podem atracar no Espírito Santo, atracam em poucos lugares do Brasil, e isso vai trazer um diferencial muito grande para a região, para o Estado, para o país, em termos de importação e exportação.

Facilitar o escoamento de cargas que venham do centro-oeste do Brasil, hoje dependentes do Porto de Santos, do Porto do Rio de Janeiro, portos do norte, como Maranhão, então temos uma ligação muito mais próxima ao centro do Brasil, podendo, dessa forma, escoar cargas por meio de um modal ferroviário, que vem para o porto e é despachado por meio de navios.

E, finalmente, aliviar o tráfego rodoviário, que é uma característica muito importante desse projeto, desse empreendimento, por meio do escoamento de produtos do porto, na modalidade da cabotagem, que a cabotagem é aquilo que eu expliquei para vocês. Navios maiores deixam a carga, a carga é reembarcada em navios menores e distribuída para outros portos.



As etapas do empreendimento, elas são importantes para a gente entender. A dragagem é a primeira etapa, foi o que aconteceu já nos últimos cinco anos, os enrocamentos, que dão a proteção para a construção dos cais e o aprofundamento das áreas de manobra de navios. É uma dragagem que já vem acontecendo, quem é da região enxerga a nossa draga, indo e voltando para o bota-fora.

Numa etapa dois, a construção da infraestrutura, que, neste momento da expansão, ela inclui os berços 8, 9 e 10, e mais terraplanagem. A terraplanagem é o que já vem acontecendo. Todo mundo está vendo, quando passa ali na estrada, a terraplanagem acontecendo, a pavimentação do porto, para as áreas onde a gente vai ter containers, e a gente continua com essa terraplanagem e, sendo licenciados, vamos construir mais cais, os três cais da parte externa, que a gente chama de 8, 9 e 10.

Em paralelo a isso, a dragagem está acontecendo, a construção da infraestrutura, vamos construindo também armazém e os pátios de tanchagem, que são aqueles que eu mostrei no começo, naquela imagem 3D, onde estará armazenado o combustível que vem e vai para os navios.

E, finalmente, numa etapa posterior, a construção do ramal ferroviário, que já foi explicado também.

Essas são as quatro fases que a gente está direcionando agora, o que a gente está implementando e pretende continuar implementando, caso a comunidade, o IEMA entenda que a nossa licença é ambientalmente viável.



Quando a gente começa um estudo como esse, o primeiro passo é a gente entender onde a gente quer implantar. E, para isso, a própria lei nos exige que estudemos análises, que analisemos alternativas locais.

Então, foram analisadas três alternativas, que eu vou mostrar aqui, falar dessa primeira. É uma alternativa ali na localidade, onde a gente chama de Mata Limpa, em frente à estação de regaseificação, pela 257, quem é da região conhece muito bem. E, estudando aquela área, a gente percebeu que haveria impacto em núcleos populacionais, seria necessária a abertura de novos acessos, que hoje não existem, áreas de supressão de vegetação, atingindo quase 10 hectares. Então, é uma quantidade substancial e vegetação em áreas protegidas, um volume grande de aterro e escavações e uma área desconectada do porto. Uma área a quase 12 quilômetros do porto, exigindo, portanto, um modal rodoviário, a utilização de rodovias por carretas para transporte de carga, que não é o que a gente deseja para a nossa região.

Outra alternativa estudada foi na frente de Vila do Riacho, ali na entrada de Vila do Riacho, esse polígono aqui. Aqui a gente estaria simulando uma saída de um ramal ferroviário e, novamente, não teríamos impacto em núcleos populacionais, tradicionais e áreas produtivas. Não teríamos que abrir um novo acesso porque a gente estaria na beira da estrada. No entanto, teremos aqui quase 4,5 hectares que teriam que ser desmatados, de acordo com o projeto, e um volume muito grande de aterros e escavações. E, novamente, uma área desconectada da área atual. A gente estaria aqui falando de 7 quilômetros de distância do porto.

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.

20

A última área estudada e, com certeza, a área que eu já apresentei foi a área escolhida por nós por diversos motivos muito positivos e muito favoráveis para a implantação. Sem impacto direto em núcleos populacionais. Estaremos falando de um local onde não há necessidade de abrir novos acessos, novas estradas. Uma área de supressão de vegetação muito reduzida nessa área e formada principalmente por eucaliptos e a questão que mais atraiu essa área, quando adquirida pela empresa, que é uma área contígua ao porto, uma área coladinha aqui que, então, dá um acesso perfeito para a gente fazer essa expansão.



Após definir a locação, a alternativa locacional escolhida, a gente parte para a etapa de diagnóstico ambiental. Esse diagnóstico ambiental, ele estuda todas as áreas. Então, a gente estuda o meio socioeconômico, como é que está funcionando, qual é a situação da segurança, da saúde, da educação, quais são as comunidades, como essas comunidades vivem.

Estudamos o meio biótico. A gente está falando do meio biótico, a fauna e a flora, os bichos e as plantas.

E estudamos também o meio físico, que envolve a água, que envolve o ar, que envolve o ruído, o solo, entre outras questões.

FLORA

Na Área Diretamente Afetada (ADA) identificou-se a **ocorrência de 217 espécies vegetais.**

- **197 são nativas** do Brasil e 20 são exóticas.
- **59 são exclusivas** do Brasil e dentre essas espécies 40 ocorrem exclusivamente na Mata Atlântica.
- **06 se encontram sobre algum grau de ameaça**, das quais 02 merecem atenção especial fazendo parte de ações para replantio.

*Não foram registradas espécies exclusivas do Espírito Santo.

FAUNA TERRESTRE

O diagnóstico da fauna terrestre foi realizado, principalmente, a partir dos dados obtidos em 02 campanhas de campo. **Total de 209** espécies, sendo:

- **100 aves**
- **25 anfíbios** (Rãs, Sapos e Pererecas)
- **13 répteis** (Cobras e Lagartos)
- **23 mamíferos** (17 terrestres + 06 morcegos)
- **48 formigas**

Predominância de espécies comuns e generalistas, com alta capacidade de adaptação.



Phyllomedusa burmeisteri

Vamos começar falando da flora, nessa área que a gente estudou.

Essa alternativa locacional estudada, que é essa alternativa ao lado do porto, foram encontradas 217 espécies vegetais. Dessas, 197, a grande maioria, nativas do Brasil. No entanto, como a gente já sabe, o pessoal que mora aqui, a gente tem muita espécie exótica, vivendo na Mata Atlântica, crescendo em Restinga. Então, foram 20 espécies exóticas, que não são do Brasil, que foram encontradas nessa área.

59 exclusivas do Brasil, 40 exclusivas da Mata Atlântica. 06 espécies da flora com algum grau de ameaça. Existem organismos nacionais e internacionais que determinam qual é o grau de ameaça de cada espécie. E a gente encontrou 06 espécies que têm algum grau de ameaça. Embora baixo, a gente tem que ter muita atenção.

Então, nossos esforços de reflorestamento, que são compensações que a gente tem que fazer por esse empreendimento, eles têm que ter uma atenção muito grande, uma atenção especial para fazer parte das ações de replantio.

E não foram registradas espécies unicamente ocorrentes no Espírito Santo.

Em relação à fauna terrestre, foram diagnosticadas 209 espécies diferentes da fauna. 209 espécies de bichos que a gente achou na nossa área, em toda a área estudada.

É importante lembrar que tudo o que eu estou falando aqui não se refere única e exclusivamente à área onde haverá uma intervenção. Esse estudo é feito de forma regional, para que a gente conheça toda a região onde a gente está inserido.

Foram ainda dessas 209 espécies, 100 espécies diferentes de aves, que demonstra potencial muito grande ambiental da nossa região. 25 anfíbios, as rãs, os sapos, as pererecas. Está aqui essa pererequinha, muito bonita, muito colorida, é um animal comum na nossa região,

um animal generalista, como a gente chama, ele habita várias áreas, e é uma espécie, eu vou falar um pouquinho mais na frente, além dela, 03 espécies de répteis, que são as cobras e lagartos.

Mamíferos, a gente encontrou 17 espécies de mamíferos, 06 espécies de morcegos. Quando a gente vê aqueles morceguinhos de noite, em toda a região tem, a gente acha sempre que é um tipo só, não são; tem 06 espécies de morcegos, alguns só da floresta, outros que habitam também a área urbana.

E, curiosamente, achamos interessante trazer, 48 espécies diferentes de formigas. Eu quis trazer porque a equipe entendeu que era importante a gente mostrar a amplitude do nosso estudo.

Estudamos aves, anfíbios, répteis, mamíferos, até os pequenos bichinhos, lá as formigas, foram diagnosticadas.

Predominância de espécies comuns, espécies que não estão ameaçadas de extinção, espécies que são encontradas em toda a região, generalistas que habitam várias áreas, habita restinga, habita a mata atlântica, habita a área urbana, e com alta capacidade de adaptação. Esse é um ponto muito importante, porque quando a gente intervém num habitat, num ecossistema, a gente tem que fazer um resgate dessa fauna. É claro que não é possível resgatar 100% dos animais que estavam ali, mas a gente busca uma porcentagem muito alta de resgate, para que esses animais possam ser realocados para áreas vizinhas, similares àquelas onde eles foram encontrados, e dessa forma a gente sabe que eles têm condição de continuar a sua vida.



Na fauna aquática, da mesma forma, 82 grupos de animais, 20 grupos de animais de fundo de areia e lama, 18 espécies de peixe. Estou falando da parte terrestre, dos riachos, dos rios, das lagoas, e não exatamente onde a gente vai atuar, de uma forma regional. É sempre importante lembrar isso.

Predominância, novamente, de espécies comuns, que se adaptam muito fácil a qualquer área onde eles sejam realocados. Com relação à fauna marinha, já foi diferente. Nós não utilizamos campanhas específicas para esse estudo.

Para a fauna marinha, a gente já tem monitoramentos, que acontecem em função da LI 040, que a gente já tem, e essa fauna marinha vem sendo acompanhada já por mais de quatro anos, por instituições de pesquisa, pela nossa equipe, por pessoal que está embarcado, na draga, no rebocador, o nosso pessoal da borda ali, que trabalha. Então, a gente tem um trabalho muito forte de monitoramento.

E o que a gente vê? A presença de indivíduos cetáceos, que a gente chama, que são, por exemplo, o boto-cinza, que todo mundo conhece, o pescador, principalmente, tem ele muito próximo da sua atividade. As baleias jubarte, que cada dia mais visitam o nosso litoral. Muita gente está vendo baleia jubarte lá da praia, está conseguindo ver baleia. Tartarugas de diversas espécies são encontradas.

A gente sabe que está em uma área aqui ao norte de Barra do Riacho, muito importante para a desova de tartarugas. Então, é muito comum a gente encontrar as tartarugas cabeçudas, a tartaruga verde. São animais que frequentam todas as praias e têm frequentado o porto e suas proximidades sem nenhum prejuízo. Estamos aí há cinco anos implantando o porto sem nenhuma interação negativa com qualquer uma dessas espécies,

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.

25

apenas avistamentos e um treinamento muito bom das nossas tripulações para que esses indivíduos não sejam incomodados, para evitar um choque entre uma embarcação e uma baleia, seguindo as normas que a legislação exige.

Então, a gente fica muito feliz de já estar aí no quinto ano sem nenhum incidente com essa chamada megafauna.

ÁGUAS SUPERFICIAIS, MARINHAS E SUBTERRÂNEAS

- A qualidade da água foi avaliada em **06 pontos** na área de influência, onde a maior parte dos resultados estão em conformidade com as legislações.
- Já as **águas e sedimentos do ambiente marinho**, foram avaliados em uma malha amostral abrangendo todo o empreendimento e complementado com os dados de 05 anos de monitoramento. Os resultados mostraram boas condições de qualidade ambiental.
- A qualidade da **água subterrânea**, por sua vez, foi avaliada em **09 poços** na área de influência direta, sendo a maior parte dos resultados em conformidade com os limites normativos.

QUALIDADE DO AR, RUÍDO, SOLO E LUMINOSIDADE

A **qualidade do ar** na região foi avaliada a partir de dados coletados entre 2019 e 2023. Somado ao histórico, foi realizada uma simulação para a operação total do Porto e os resultados indicam atendimento aos limites da legislação.

Para avaliar os **níveis de ruído** na localidade, foram realizadas duas campanhas de amostragem (períodos diurno e noturno) nas proximidades do Porto e das comunidades vizinhas. Em alguns momentos, os níveis de ruído estavam acima dos limites.

A região já apresenta **alta concentração de luminosidade**, influenciada por: iluminação pública, empreendimentos industriais e portuários, residências e comércio, conforme caracterização do EIA, confirmada pelo Diagnóstico Noturno da Dispersão da Luminosidade, realizado em fevereiro/26 pela Fundação Pro-TAMAR.

As águas superficiais marinhas e subterrâneas foram estudadas também.

A gente tem um cuidado muito grande com a água, sabemos a importância do recurso, sabemos a importância de evitar qualquer tipo de contaminação, qualquer tipo de alteração na qualidade da água, tanto dos mananciais de terra quanto da parte marinha.

A qualidade da água foi avaliada ali, como vocês veem, em seis pontos diferentes em toda a área, com resultados que estão em conformidade com legislações vigentes. As águas e sedimentos do ambiente marinho, nossos monitoramentos marinhos, que já acontecem também há alguns anos, foram avaliadas em uma malha amostral grande, consolidadas, os cinco anos de monitoramento, mostrando também que até hoje não há alteração na qualidade ambiental.

A qualidade da água subterrânea também, por meio de nove poços, da mesma forma, tivemos resultados favoráveis.

Na qualidade do ar, ruído, solo e luminosidade, fizemos alguns diagnósticos, a qualidade do ar na região foi avaliada, nós utilizamos dados das empresas parceiras aqui da região, de 2019 a 2023, demonstrando uma qualidade do ar ainda muito alta, e simulamos a operação do porto, imaginando a nossa contribuição para a qualidade do ar, e as simulações indicaram que conseguiremos sempre atender aos limites da legislação.

Avaliamos os níveis de ruído, é importante ressaltar que os níveis de ruído na área industrial, como a gente chama, que envolve as outras empresas que já existem, a Imetame onde ela quer se instalar, em alguns momentos, sem atividade industrial acontecendo, o

ruído já é alto, em função dos ruídos naturais do ambiente, como a própria fauna, os grilos, os sapos, entre outros animais, a presença da estrada, que traz ruídos em função dos veículos; então a gente vem se somar a isso, mas sabendo que, em alguns momentos, os níveis estão altos, mas, na grande parte do tempo, atendem a legislação.

E, finalmente, uma concentração de luminosidade, que já é influenciada por tudo que existe, além dos empreendimentos, das comunidades, residências, comércios, e fizemos também um diagnóstico, hoje, de como é a luminosidade na região sem o empreendimento. Esse estudo foi avaliado pelo ICMBio, pelo Instituto Chico Mendes, e o Instituto Chico Mendes aprovou o nosso estudo. Então, as simulações que foram feitas, com a nossa iluminação acontecendo, foram aprovadas pelo órgão ambiental federal.

MEIO SOCIOECONÔMICO

Segundo o IBGE a **indústria** é o setor predominante na participação do PIB de Aracruz (57%), o que por consequência, concentra o maior número de trabalhadores formais (41%) da região.

A **atividade pesqueira** é representativa, principalmente nas comunidades de Barra do Riacho, Santa Cruz e Barra do Sahy, todas centradas em técnicas artesanais.

O **uso do solo** das proximidades do Porto se caracteriza-se pela presença (em sua maior parte) de plantios de eucalipto, além de alguns trechos de mata e corpos hídricos.

CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES PARA O PIB MUNICIPAL

57%	29%
Indústria	Serviços (Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)
	12%
	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
	2%
	Agropecuária

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2021.

No meio socioeconômico, além das campanhas de campo, utilizamos dados do IBGE, demonstrando que a indústria é o setor predominante no PIB de Aracruz, respondendo por 57% do PIB da região.

Essa grande participação da indústria tem, por consequência, um grande número de trabalhadores formais hoje, 41% dos trabalhadores formais da indústria, na nossa orla, são da região. E demais atividades que compõem o PIB de Aracruz, como serviços, atividades pesqueiras, a agropecuária, a silvicultura, o uso do solo nas proximidades do porto se caracteriza, na sua grande parte, pela silvicultura, que é o plantio de eucaliptos, e alguns trechos de mata e corpos hídricos ainda naturais.

A contribuição dos setores, para o PIB mostrando que a indústria tem uma contribuição para o produto interno bruto do municipal, para a renda municipal, de 57%, alguns serviços, não considerando a administração pública, 29%, a própria administração pública responde por 12% do PIB e 2% nas atividades de agropecuária, silvicultura e outras. São dados de 2021, do IBGE, portanto, muito recentes.



Após definirmos, pelo diagnóstico ambiental, como é a região, temos condição de entender os impactos ambientais e medidas mitigadoras.

Não vamos falar de todos os impactos que foram mapeados no Estudo de Impacto Ambiental, nós ficaríamos aqui muito tempo falando de cada um, então vamos destacar os principais, vamos destacar aqueles que são mais sensíveis, que são mais visíveis e que afetam de forma mais direta, positivamente e negativamente, a comunidade.

Dividimos os impactos em impactos efetivos, que são aqueles que sabemos que vão acontecer. São aqueles impactos para os quais temos que criar medidas de controle, porque eles vão acontecer. Vou dar um exemplo para vocês, o ruído e a poeira. O ruído e a poeira são impactos que sabemos que acontecem em horas de obra. O que fazemos? Trabalhamos, gerenciamos para reduzir esse impacto.

E os impactos potenciais, um exemplo, pode vazar um produto oleoso, um produto químico, tanto em terra quanto no mar. O que fazemos? Trabalhamos na prevenção, treinamos os nossos trabalhadores, temos equipamentos e planos para reduzir o impacto no caso desses eventos.

Como pensamos a gestão ambiental do empreendimento? Impactos positivos e impactos negativos. Separamos o que pode levar a impactos positivos e o que pode levar a impactos negativos. Por exemplo, o impacto positivo, a geração de empregos, as oportunidades de parceria entre a empresa e a comunidade. O que fazemos nesse momento? Fortalece, traz mais força para esses impactos. E aqueles negativos, por

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



exemplo, o aumento do trânsito nas estradas, o que fazemos? Trabalhamos na diminuição, na prevenção, para que esse impacto não seja um impacto grande.

No total, identificamos 59 impactos, 31 deles reais, impactos que vão acontecer, 28 impactos potenciais, que são aqueles que podemos trabalhar para reduzir ou evitar completamente.



No meio físico, estamos cuidando da água e do ar. Como? Por exemplo, a alteração da qualidade do ar. É um impacto possível, as atividades da empresa podem vir a gerar alguma alteração na qualidade do ar. O que fazemos para isso? Evita emissões de poeira por meio da umidificação do solo. Usamos um plano de manutenção de veículos para que os nossos veículos não emitam qualquer tipo de poluente fora do que a legislação permite. Treinamos nossos trabalhadores para serem nossos parceiros nesses controles.

Da mesma forma, alterações na qualidade da água, dos rios, dos lençóis freáticos. Fazemos um monitoramento já há cinco anos, vamos ampliar esse monitoramento para todas as nossas áreas. Gerenciamos os resíduos de forma muito atenciosa, muito cuidadosa, e implementamos novamente um programa de educação ambiental para os trabalhadores, que nos ajudam e apoiam todos os dias no meio biótico, protegendo e respeitando a vida na terra e no mar.

A gente sabe que existem diversos riscos. Perda de habitats, porque vão ser substituídos, incômodos aos animais, potencial de alteração na qualidade do ambiente marinho, o afugentamento da fauna e o risco de colisões entre embarcações e animais. Implementamos vários programas que já estão em andamento, que é o resgate e afugentamento de fauna, o resgate de flora para replantio, monitoramento da fauna marinha, recuperação de áreas com reflorestamento, que é uma atividade muito forte da Imetame, e a prevenção e controle de processos erosivos.

MEIO SOCIOECONÔMICO: CUIDANDO DAS PESSOAS

O Impacto:

Alteração da rotina da pesca artesanal:

- Convivência no mesmo espaço;
- Potencial vazamento acidental de óleo ao mar.

Programas associados:

- Prog. Comunicação Social;
- Prog. Educação Ambiental para Trabalhadores;
- Prog. Compensação para Atividades Pesqueiras.

AÇÕES - PCAP

Barra do Riacho :

- Obra de Macrodrenagem da Rua Mauro Cunha concluída e entregue.
- Identificação das comunidades com as comunidades pesqueiras das áreas de influência.

Reuniões com entidades para definição da compensação:

- APMS: Associação de Pescadores e Marisqueiras da Barra do Sahy;
- ASPEJ - Associação de Pescadores de Jacaraípe;
- Colônia de Pescadores ES Z-11.

The infographic also includes two photographs: the top one shows a group of people sitting at tables in a meeting room, and the bottom one shows a group of people sitting on the floor in a circle, also in a meeting room.

No meio socioeconômico, cuidando das pessoas, temos uma atenção muito grande com as pessoas. Por exemplo, trazemos aqui o impacto da alteração da rotina da pesca. Temos que conviver no mesmo espaço com quem utiliza o espaço marinho. Para isso, temos um Programa de Compensação da Atividade Pesqueira, que é o primeiro programa que colocamos aqui.

Além disso, temos que utilizar a Comunicação Social, esse aqui é um momento de comunicação, como são outros vários que utilizamos, a Educação Ambiental dos Trabalhadores e implementar um Plano de Emergência Individual muito robusto para o porto e para as embarcações, para evitar impactos no caso de um eventual vazamento acidental, por exemplo, de óleo para o mar.

Aqui é uma pequena demonstração de algumas ações de compensação da atividade pesqueira, que nós já estamos realizando. Em Barra do Riacho, alguns anos atrás, foi realizada a obra de macrodrenagem da Rua Mauro Cunha.

E para outras entidades, como é o caso de Barra do Sahy, os pescadores de Jacaraípe, a Colônia Z-11, nós já estamos numa conversa, num diálogo muito avançado, fazendo diversas reuniões com grupos das associações, das colônias, buscando com cada uma dessas comunidades, que já foram mapeadas anteriormente, como comunidades que têm uma utilização maior dessa área portuária.

Ali alguns exemplos de reuniões que vêm sendo realizadas para definição de compensações.



Finalmente, o que nós mostramos aqui são as atividades de pesca. Onde está o impacto para a pesca direto do empreendimento que nós vemos fazendo? Nós vamos ter um aprofundamento nessa área que está hachurada aqui. Tem uma dragagem, essa dragagem tem que ter uma draga indo e voltando para uma área de bota-fora. Essa área em vermelho é uma área já licenciada, na LI 040, que envolve, então, essa área aqui.

Claro, aqui nós já estamos demonstrando também a área que futuramente vai ser agregada pela expansão do porto. E nós vamos ter um outro pequeno aprofundamento do canal. Esse canal, em algum momento, já atinge a profundidade de 25 metros e não exige mais dragagem. Então, é um trecho de dragagem novo, uma dragagem na área já protegida e a área terrestre que nós já vimos anteriormente.

No futuro, o canal de acesso vai chegar na área de fundeio, que é a área onde os navios têm que ancorar. Então, todos os navios que acessarem ou saírem do porto, eles vão ter que usar este canal, unicamente, e sempre estarão ancorados naquelas duas áreas ali, que estão em begezinho ali, chamadas áreas de fundeio.

E nós, para fazer essa dragagem, propôs ao IEMA essa área de bota-fora, 08 quilômetros distante da costa, evitando, portanto, qualquer desafio com relação à pluma de dragagem, ao sedimento que a dragagem levanta, e é uma área que ainda está em análise pelo IEMA e poderá ou não ser aprovada.

DRAGAGEM: PARA ONDE VÃO OS SEDIMENTOS MOVIMENTADOS?

Durante a dragagem, um pouco de sedimento é suspenso na água (pluma de sedimento). Estudamos exatamente como essa pluma se comporta tanto no verão quanto no inverno em três etapas:

1. Dragagem (sucção da areia) – 12 milhões de metros cúbicos;
2. Deposição no bota-fora marinho.

Para realizar o estudo foi adotada uma concentração de sedimento acima de 10mg/l, sendo este valor um limite técnico conservador, utilizado para garantir que a dragagem não comprometa a qualidade da água nem os ecossistemas aquáticos.



DRAGAGEM – INVERNO E VERÃO



Para os impactos ambientais, as medidas mitigadoras, nós utilizamos também muita simulação matemática. E a simulação matemática nos dá condição de prever como é que vão funcionar as plumas, o sedimento na água.

O que a gente está vendo aqui, gente, é uma coisa para ficar bem didático. Aqui a gente tem uma garrafa de água, onde a gente consegue ver o que está escrito do outro lado. Essa é uma água limpa. Aqui nós temos uma quantidade de água com 40, 50 miligramas por litro de sedimento. Então, para dizer o que é esse número, 40 miligramas por litro, a gente ainda consegue ver o que está escrito do lado de trás. A água começa a ficar um pouquinho mais turva. E com concentrações maiores, 80, já se torna uma água escura, uma água que ninguém quer.

O que acontece? A gente fez a simulação. Vocês estão vendo lá, 500 miligramas por litro. Isso, gente, é exatamente onde está acontecendo a dragagem. Levanta uma pluma de sedimento. Essa pluma de sedimento, ela se dispersa na água de uma maneira muito rápida. Então, vocês veem que já aqui, pertinho do porto, nós estamos atingindo aqui 50, 40 miligramas por litro, que é aquele que a gente ainda consegue enxergar o que está lá atrás, é uma água já transparente. Aqui, abaixo do porto, a gente já tem uma dispersão que chega aqui abaixo de 30, 20, tendendo a zero.

Então, talvez em outros empreendimentos tenha sido vista longas plumas de sedimento pelo litoral. No nosso empreendimento, a dragagem que já acontece há muitos anos, estamos falando aí de 03, 04 anos de dragagem, a gente nunca teve nenhum desafio com a comunidade, com a alteração de qualidade de água marinha, porque as nossas dragas

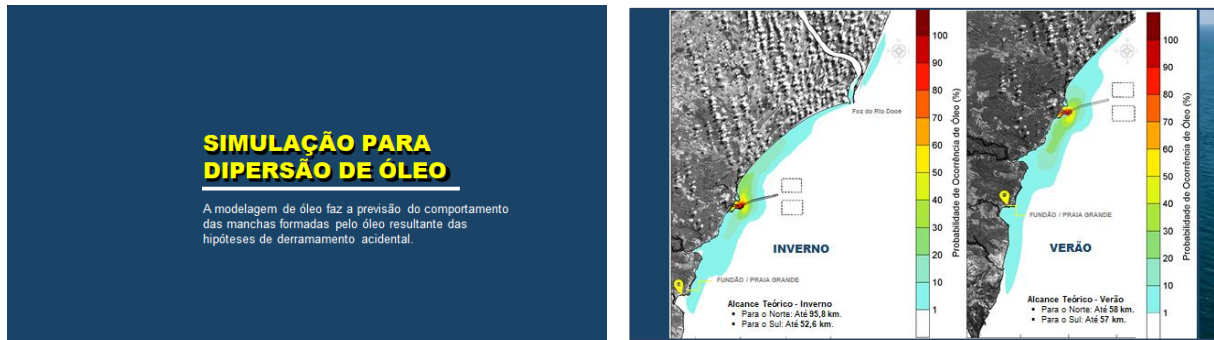
Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



conseguem fazer uma dragagem que cria muito pouca dispersão, muito pouca pluma de dragagem. Simulamos isso tanto para o verão quanto para o inverno.

A gente vê que, no inverno, essa pluma pode chegar um pouquinho mais ao norte. Ao contrário do verão, onde a corrente e os ventos levam a pluma um pouco mais para o sul, mas sempre de forma muito controlada, vocês percebem pela linha amarela a permanência dessa pluma muito próxima da área.

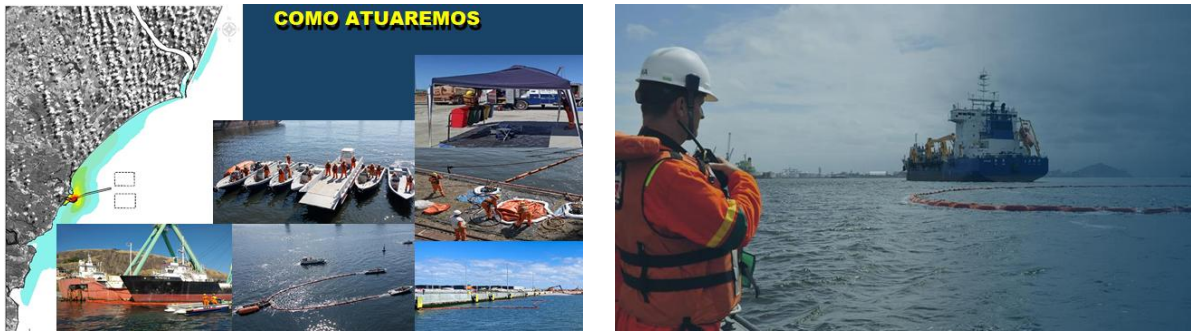
Da mesma forma no bota-fora, a gente vê que a dispersão acontece quase que na sua totalidade dentro da área de bota-fora que a gente pretende ser autorizada, tanto no inverno quanto no verão.



Um outro impacto importante da gente - acabei o meu tempo aqui, eu vou pedir licença para vocês, mas em dois ou cinco minutos eu termino, vou tentar ser bem breve, Chander, por favor. Se ninguém tiver nada em contrário, eu gostaria de terminar aqui a apresentação.

Simulação para dispersão de óleo, um vazamento de óleo é um impacto que é muito ligado a atividades portuárias, e ele acontece se não houver prevenção, se não houver treinamento, se não houver planos de emergência bem estruturados. A gente fez a simulação de uma dispersão de óleo. O que acontece? Nós estamos vendo aqui, em azul claro, é a dispersão de óleo durante 60 horas, se houver um derramamento de óleo aqui dentro do porto, e a gente ficar sentado e não fizer nada. Em 60 horas, esse óleo, que é o pior caso de vazamento que a gente simulou, ele pode atingir áreas distantes do porto, tanto no inverno quanto no verão.

Só que não existe hoje porto que haja dessa forma, e nós não seremos diferentes. Todos os portos têm planos de emergência muito robustos, muito equipamento, muita gente treinada, muita previsão de atividade. Nós hoje temos tecnologias muito avançadas para contenção de óleo, e a gente vai trabalhar com estratégias de resposta e frentes operacionais sempre atentas, sempre de prontidão. Hoje já temos isso. Há uma semana atrás tivemos o privilégio de receber um grupo de lideranças no porto. Essas lideranças da Orla tiveram a oportunidade de visitar o porto, ver as áreas onde a gente armazena equipamentos. A quantidade de equipamentos que temos lá é uma quantidade que já excede e muito o que a legislação nos exigiria para essa fase de instalação, e é dessa forma que a gente quer continuar trazendo muita prevenção, muito treinamento para ações de emergência, e está sempre muito atenta à qualidade ambiental dentro do porto.



Aqui é uma foto para explicar como é que funciona os planos de emergência, todo porto tem que ter muito equipamento, treinamento com estratégias para que o óleo, caso ele vaze, ele fique contido numa área pequena e possaser recolhido, e um grupo de trabalhadores, uma brigada de emergência, muito bem treinada, sempre treinando, sempre ativa.

Exemplos de ações a serem realizadas, eu estou bem no final da apresentação, o acionamento imediato dos planos, a realização de simulados para que a gente esteja sempre treinando, capacitar as equipes e compartilhar recursos, não apenas os nossos, mas com os empreendimentos vizinhos, é o que a gente chama de plano de ajuda mútua.

Então, num momento de emergência, todos os terminais se juntam para um recolhimento do óleo, um controle imediato dessa emergência.

ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO (EAR)	ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO (EAR)
<p>Objetivo do Estudo O EAR foi elaborado para identificar, avaliar e quantificar os riscos associados às operações previstas para o Terminal de Granéis Líquidos da Imetame Logística Porto, verificando seus potenciais impactos sobre trabalhadores, população e áreas do entorno.</p> <p>Escopo Avaliado</p> <ul style="list-style-type: none">• Operações Ship-to-Ship (STS);• Operações de abastecimento marítimo (Bunkering);• Armazenamento e movimentação de combustíveis e derivados de petróleo;• Sistema de dutos e parque de tançagem;• Áreas operacionais marítimas e terrestres. <p>Metodologia Aplicada</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação dos perigos por meio da Análise Preliminar de Riscos (APR);• Definição das hipóteses acidentais representativas;• Simulação computacional dos cenários;• Avaliação das consequências, vulnerabilidade e riscos;• Comparação dos resultados com critérios de aceitação reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.	<p>Principais Resultados</p> <p>Avaliação dos Riscos O Risco Individual (RI) do empreendimento está dentro dos padrões de segurança. O Risco Social (RS) do empreendimento está dentro dos padrões de segurança.</p> <p>Áreas Avaliadas no Entorno</p> <ul style="list-style-type: none">• Rodovia Estadual ES-10 Classificação: Baixo nível de risco, devido à pequena interação com o sistema de dutos do empreendimento.• Estaleiro Jurong Classificação: Nível de risco controlado. Área industrial ocupada por trabalhadores treinados para atuação em emergências. Os estudos indicam que o nível de risco é seguro, com a adoção das medidas previstas. <p>Conclusão do EAR O Estudo de Análise de Risco conclui que os riscos associados à expansão da Imetame Logística Porto encontram-se dentro dos padrões de segurança adotados, demonstrando que as medidas de prevenção, controle e resposta a emergências previstas são adequadas para garantir a segurança operacional do empreendimento.</p>

Fizemos também estudos de Análise de Risco, muita gente vai perguntar, aquela quantidade de óleo armazenada, qual é o risco que a gente tem. Utilizamos metodologias, que são metodologias consagradas nacional e internacionalmente, exigidas pelo IEMA, exigidas pelo IBAMA, exigidas por órgãos como a CETESB de São Paulo e outros. Utilizando essas melhores técnicas, nós estudamos o risco, estudamos as operações de transferência de óleo, o abastecimento marinho, o armazenamento e movimentação de combustíveis e todo o nosso sistema de óleo, de armazenamento de óleo. Aplicamos as metodologias adequadas, com avaliação das consequências, muita simulação computacional e comparando resultados com critérios de aceitação reconhecidos.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Licença, Sérgio, só mais um minuto e a gente conclui.

O SR. SÉRGIO FANTINI – (EMPREENDEDOR) - Então, o estudo de análise de risco demonstrou, ali para a rodovia, onde os tanques estão do lado, um nível muito baixo de risco, isso quer dizer que qualquer emergência acontece apenas dentro do porto, ela não expande para fora do porto, para a estrada, além dos muros do empreendimento.

O estaleiro Jurong, que está ao nosso lado, da mesma forma, tem equipes treinadas, estão preparados, tem seu estudo de Análise de Risco, e a gente vai trabalhar juntos sempre, e o estudo conclui que os riscos associados estão dentro dos padrões exigidos.

Aqui, alguns outros pequenos detalhes, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC exige que uma parte do investimento da empresa seja destinado para

Audiência Pública do Projeto de Ampliação do Complexo Portuário IMETAME, em Barra do Riacho, Aracruz/ES, em 09 de junho de 2026.



unidades de conservação de uso de grande proteção, os parques, as áreas de reservas, as reservas da vida silvestre. Então, de acordo com o que a gente pretende investir, 7,5 milhões já estariam destinados à proteção de unidades de conservação.

Aqui, uma série de unidades de conservação no nosso entorno, a unidade federal, aqui a Reserva da Vida Silvestre, a APA dos Corais, Comboios, algumas unidades municipais, entre outras.

Finalmente, para terminar a relação por cidade, o que a gente espera, trazer infraestrutura para a cidade.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Sérgio, sinto muito, mas o tempo está esgotado. É bom que a gente respeite... A gente já concluiu. Para privilegiar que possa ter as discussões na próxima etapa da audiência. A gente vai fazer o intervalo agora de 15 minutos, e o André - levanta a mão, André -, ele é o nosso ponto focal aqui para receber as perguntas escritas ou orais.

Então, quem quiser responder, perguntar por escrito, tem a ficha de perguntas, escreve, serão as primeiras que a gente vai responder. Quando esgotar as escritas, a gente passa para orais, que também, quem quiser falar, passa para o André e vai colocar o nome na ordem da lista. Lembrando que a gente tem esse momento agora, aqui no intervalo, vocês podem já começar a procurá-lo, e até meia hora depois do início da segunda parte, a gente recebe novas manifestações.

Então, a gente volta em 15 minutos. Obrigado!

(A reunião é suspensa às 20h05min, sendo reaberta às 20h35min)

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Então é isso, são 20h35min, a gente dá início à segunda parte da audiência, a parte dos debates.

Eu peço a compreensão de todo mundo, né, para sentar e fazer silêncio, né, para a gente conseguir iniciar as perguntas, importante a atenção de todo mundo.

A gente vai compor a Mesa agora com as pessoas que vão responder às perguntas. Lembrando, antes disso, que a gente vai encerrar o recebimento de perguntas às 21h05min,

daqui a meia hora. Então quem desejar fazer perguntas nesse período procura aqui o André. E a gente vai então agora compor a Mesa chamando representante do IEMA, Weslei Uhlig, nosso Gerente. Representando a Imetame, o Sérgio Fantini, por favor! E representando a Consultoria, é você, Vitor? Vitor Hugo, também da Consultoria Elementos.

Peço aqui a compreensão, chamando o pessoal da Imetame para compor a Mesa, por favor! Étore, por favor, para compor a Mesa também.

Vamos lá iniciar então. Vamos lá então, iniciando as perguntas.

A primeira escrita, pergunta do senhor Herval Nogueira Júnior.

Pergunta para o IEMA.

O córrego na frente do empreendimento, a sua mata ciliar foi toda retirada sem a anuência desta audiência de hoje. Penso que o meio ambiente e a sociedade civil precisa de ser respeitada.

Pergunta para o lema, 3 minutos.

lema: O córrego na frente do empreendimento, a sua mata ciliar foi toda retirada sem a anuência desta audiência de hoje. Penso que o meio ambiente e a sociedade civil precisa ser respeitada.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Boa tarde a todos, eu sou Weslei Uhlig. Ou melhor, boa noite, bem lembrado, verdade. Desculpem!

Boa noite a todos. Eu sou Weslei Uhlig, Gerente de Licenciamento e Controle de Empreendimentos Industriais e Costeiros. A minha equipe de licenciamento é responsável pela análise técnica deste empreendimento.

E com relação ao questionamento que recebemos, sobre a Mata Ciliar estar sendo retirada sem anuência desta audiência, isso traz uma certa surpresa. Por quê? Qualquer intervenção que ocorra no âmbito deste processo de licenciamento, no âmbito dessa expansão, ela deve passar pelo rito da audiência pública e também pela análise técnica da equipe do IEMA. Além disso, eu quero ressaltar que qualquer intervenção em vegetação, ela não é dada exclusivamente pelo IEMA. Existe um outro órgão público que se chama IDAF, ele atua exclusivamente para as questões referentes à vegetação, e toda essa anuência,

essa autorização se dá no âmbito do IDAF, porém o IEMA também ele se manifesta em relação a essas questões.

Mas, por ora, é estranho, não temos uma informação concreta, não tenho uma informação concreta para dar a vocês sobre isso, porque presume-se, vou reforçar, presume-se que qualquer intervenção tenha que ser dada após a manifestação técnica do órgão ambiental. E este momento agora faz parte da construção da análise técnica do IEMA. A análise ainda não está concluída, é bom que entendamos isso.

Então, eu desconheço esse fato, mas trouxe algumas orientações a vocês sobre essa condição.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Próxima pergunta também do senhor Herval, também para o lema.

Se hoje temos déficit de vagas nas creches, no hospital, nas UPAs, no transporte público, nas escolas públicas, não seria primeiro estruturar esses órgãos em respeito aos municípios, já que irá aumentar a população?

Proponho mais tempo e debates com a sociedade, com soluções concretas, para depois, sim, o licenciamento.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Bacana, um questionamento interessante. Sobre esse tema, é importante a gente entender que este momento é um momento de construção, é um momento em que os anseios, as necessidades são colocadas junto ao IEMA justamente para que possamos entender melhor a necessidade, principalmente da área sob a influência do empreendimento.

Esse tipo de argumentação é registrado pelo IEMA, isso é analisado pelo IEMA e é considerado no âmbito dos programas ambientais. Esse tipo de questionamento nós consideramos, porém, ele carece de um diagnóstico, ele carece de um levantamento de informações, mas ele não é deixado de lado pela equipe técnica de licenciamento do IEMA.

Eu quero reforçar isso a vocês. Isso está registrado, isso está registrado, e é um ponto de atenção para a nossa definição quanto ao andamento do licenciamento ambiental deste projeto.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Weslei.

Próxima pergunta da senhora Suélem Alvarenga, pergunta para a Imetame.

O que a Imetame faz de ações voluntárias sociais na região?

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - Sueli, ótima noite. Ótima noite a todos e a todas!

Agradecer aqui a oportunidade de estar junto com vocês, com essa comunidade de Bar do Riacho, a qual a gente já tem relacionamento há muitos e muitos anos, desde antes de pensarmos em ter um porto, para sempre, a vida toda, nós tivemos ótimos relacionamentos aqui, especialmente apoiando as comunidades. Eu só vou complementar, porque a pergunta direcionada ao IEMA, Ela tem a ver com essa audiência aqui. Eu só quero lembrar às pessoas, porque todos me conhecem, todos sabem, que há 10 anos atrás o nosso hospital em Aracruz estava fechando, praticamente fechando, sem nenhuma condição. Ele tinha 5.100 metros quadrados, sem nenhuma estrutura de equipamentos, equipamentos com mais de 40 anos de uso. E, por minha iniciativa, eu criei, acho que todo mundo conhece, a Associação Vidas, e nós hoje mais do que dobramos a capacidade, além de termos o tamanho, além de termos reformado toda a parte antiga, a parte velha, continuamos com as obras.

Então, no que diz respeito a Imetame está fazendo a parte dela na parte social, sempre fez. São muitos programas que nós temos sociais, que a comunidade conhece, mas, especialmente, nós não fazemos projetos para divulgar, nós atendemos aqueles mais carentes, e eu tenho certeza absoluta que aqui, nesse ambiente, tem muita gente que já foi atendida por nós, desde sempre, não por conta do Porto, desde sempre, 30, 35 anos atrás, que a gente pratica isso, é uma coisa pessoal minha, essa coisa da solidariedade, e eu creio que, com relação ao nosso empreendimento, nós já fizemos o nosso dever de casa.

E, claro, a Prefeitura também vem fazendo a parte da Prefeitura, Ontem, nós estivemos com o governador, por acaso, eu estive lá junto com o prefeito Coutinho, e ele estava solicitando aqui para Barra do Riacho, e o governador assumiu o compromisso com ele de fazer aqui mais uma unidade de saúde e transformar em uma UPA 2, que eu não entendo direito o que é, essa unidade de saúde que vocês têm aqui hoje.

Então, com relação aos empreendimentos que estão vindo, que estão chegando, ok, eu acho que tem que ser estudado, mas com relação a Imetame, nós já nos antecipamos muitos anos atrás.

Eu agradeço a pergunta aí, a Suélem.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Étore.

Pergunta do senhor José Luiz de Moraes. Ele não direcionou a pergunta, mas acredito que é para a empresa ou Consultoria.

Qual o impacto na geração de empregos na região?

Então, Vitor Hugo, pela Consultoria, responde.

O SR. VITOR HUGO – (CONSULTORIA) - Boa noite, meu nome é Vitor.

Bom, dentre os impactos que foram mapeados no licenciamento, nós temos como impactos positivos a geração de emprego e renda. A gente observou ali que a Imetame, ao longo desse histórico que ela tem de implantação do empreendimento, tem a utilização de 80% da mão de obra local. E atualmente ela vem empregando em torno de 2 mil trabalhadores na sua obra, e a previsão é que isso se mantenha as demais etapas de Instalação e de Operação do empreendimento, ela vai estabilizando a questão da mão de obra.

Então haverá, sim, oportunidades de emprego e renda na região que o empreendimento venha colaborar.

O SR. SÉRGIO FANTINI – (EMPREENDEDOR) - Eu quero fazer uma breve complementação. Infelizmente, a gente foi impedido de mostrar os últimos slides pelo tempo, mas lá a gente estava mostrando claramente que nos últimos 5 anos, desde o princípio da implantação, a Imetame tem mantido uma média de 80% de contratação local. Estou falando de Aracruz. Quando a gente não tem a pessoa em Aracruz, é Ibirapu, é João Neiva, mas é fundamentalmente a Orla, e demos preferência, desde o início, para as pessoas da Orla e das comunidades indígenas.

Foi um compromisso assumido pelo fundador da empresa, pela empresa, que nós vimos cumprindo até hoje. Esses 80% de mão de obra local, num cálculo que é feito pelas

peças que estudam isso, geram, reforçando o que o Vitor falou, já em torno de 2.000 empregos indiretos. Isso envolve não apenas pessoas, mas fornecedores locais, comércio local e a movimentação da economia local.

Então, é nossa intenção, como já foi antes, sempre, do empreendimento portuário, a Imetame Metalmeccânica trabalha dessa forma e o porto tem trabalhado assim também.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sérgio e Vitor!

Pergunta de Kassila Kellen Soares. Também relacionada à mão de obra, então, também para a Imetame e Consultoria.

Com o aumento de empregos para nossa região devido à expansão, gostaria de entender se haverá algum projeto para qualificação de mão de obra, visando que algumas empresas já optam pela qualificação para expandir a mão de obra e ampliar empregos em nossas comunidades e menos pessoas de fora.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) – Kassila e toda a comunidade, na nossa primeira audiência pública do nosso primeiro empreendimento, eu fiz pessoalmente um compromisso com Barra do Riacho, com Vila do Riacho, com as comunidades aqui da Orla, mas especialmente da Barra do Riacho, especialmente aqui da Barra do Riacho. Eu fiz um compromisso de que nós iríamos fazer o possível e o impossível para que nossos trabalhadores, para que os nossos operadores fossem aqui da região.

E nós, a gente vem cumprindo isso. Para isso, eu fiz pessoalmente duas reuniões com todas as lideranças daqui da Barra do Riacho, do Mar Azul, das comunidades em volta, eu fiz pessoalmente, reuniões que duraram 3 horas, pelo menos. Eu acredito que tem alguém aqui que tenha participado dessa reunião. Foram duas reuniões onde nós distribuimos fichas para todos os líderes das comunidades.

Nós recebemos, nós recebemos de volta 51 ou 52 fichas preenchidas. Nós não ficamos satisfeitos, nós temos isso tudo comentado, nós não ficamos satisfeitos. Eu pedi ao pessoal: "Agora vamos na comunidade, vamos visitar as casas, vamos na comunidade".

Alcançamos o número de 250 pessoas na época, na época, lá atrás. Queríamos e queremos que as pessoas da comunidade se candidatem para trabalhar para fazer os treinamentos necessários para a operação desse porto. Nós queremos isso. É extremamente— Primeira coisa para responder para vocês: barato para empresa. Vocês estão aqui do lado do porto. Segundo, tem impactos. Nós queremos contribuir com a comunidade, mas eu tenho que ser honesto aqui para vocês, e a gente continua fazendo isso. Nós continuamos fazendo isso. Há poucos dias, minha filha, foi falado, foi pesquisado, foi procurado o pessoal da região, e são poucos que aparecem. E nós temos, teremos muitas vagas, pessoal, para operadores, muitas vagas na administração e nós queremos, e é importante para nós, e é barato para nós, entendam isso. Agora, a comunidade tem que querer, a comunidade tem que querer!

Então nós estamos abertos, tá lá, é pertinho daqui, mas a gente pode vir aqui, marca o dia, a gente vem aqui na Barra do Riacho ou em qualquer comunidade da Orla, que aqui tá toda representada, e nós queremos os currículos de vocês. Nós estamos na iminência de começar a contratação para a Operação. Mas para isso, na época, eu falei, está gravado, isso tem gravado em todas as audiências que foram feitas, em todas elas eu repeti a mesma coisa.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Étore, eu peço que conclua a resposta, por favor!

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - Na época eu até prometi e não tive demanda de dar treinamento para as pessoas, né, as pessoas aprenderem a falar inglês, para as pessoas aprenderem a ser operadores, mas não apareceram. E tinha uma regra, me perdoe, mas eu vou completar. Tinha uma regra: as pessoas tinham que apresentar o título de eleitor, primeira turma, 10 anos no mínimo que votassem aqui na região, segunda turma, 5 anos. Se não preenchesse as vagas, a gente pegaria pessoas de fora. Isso está documentado, está registrado na documentação, na gravação do IEMA.

Estamos à disposição, pessoas.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Étore.

A próxima pergunta do senhor Juarez Azevedo.

Foi encontrada a espécie na fauna, plantas e animais. Qual tipo de marisco foi encontrado onde estão fazendo escavações?

O SR. VITOR HUGO – (CONSULTORIA) - Boa noite!

O estudo, ele seguiu o Termo de Referência rigorosamente, onde foi mapeada as espécies de fauna e flora. Os estudos marinhos, eles se basearam nos monitoramentos que a Imetame já vem realizando há anos, os monitoramentos fruto da Licença de Instalação, e esses monitoramentos também ocorrem durante a dragagem.

Para essa etapa, a qual nós estamos nesse momento agora, não foram identificadas espécies relacionadas a marisco. Então, se tem alguma ocorrência, isso pode ter tido em outra etapa, mas nessa etapa do licenciamento não foi mapeado.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Vitor.

Pergunta do senhor Herval Nogueira Júnior, para o IEMA.

Como fiscalizar os lastros das embarcações que podem contaminar a nossa flora e fauna?

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Senhor Herval, boa noite!

Muito interessante o seu questionamento, e ele também é, ao mesmo tempo, muito abrangente. Dentro do licenciamento ambiental, existem vários entes que atuam na regulamentação, na permissão da realização da atividade. O IEMA é um deles.

Com relação à água de lastro, existem hoje algumas restrições que não são, digamos assim, direcionadas ao órgão ambiental do IEMA. O IEMA, ele se aplica exclusivamente à licença de operação do empreendimento. Aquilo que se refere à água de lastro em função de condições de navegabilidade e estabilidade da embarcação, existem outros regramentos que não dizem respeito à atividade do IEMA.

Então, eu não tenho essa informação neste momento, porque não se aplica a algo específico ao IEMA. Nós colocamos controles ambientais relacionados à operação da atividade portuária propriamente dita. E não há restrições que são colocadas a embarcações.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Weslei.

Próxima questão da senhora Valdineia Pinheiro da Silva.

Gostaria de saber do IEMA e da empresa, como vai ficar os pescadores e marisqueiros da Barra do Riacho, com tantas empresas em nossa cidade, é o nosso direito de todos nós?

A pergunta foi compartilhada para o IEMA e para a empresa, então, peço que os dois contribuam na resposta.

A gente vai encerrar o recebimento de perguntas daqui a 05 minutos, então, quem quiser fazer perguntas escritas ou escrever para oral, procura o André e daqui a 05 minutos a gente encerra e só conclui com as que já foram colocadas.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - No que se refere à compensação da pesca, a atividade pesqueira, ela não deixará de ser levada em consideração neste licenciamento ambiental. A atividade de pesca, ela, digamos assim, em função da expansão do empreendimento, ela terá uma nova continuidade. Essa continuidade, ela está associada a novas reuniões para identificação das novas necessidades das associações e das demais representações da pesca.

Mas o fato é, a atividade pesqueira não deixará de ser levada em consideração em caso de emissão de Licença de Instalação, por exemplo, em função das restrições à área de pesca, principalmente em função da atividade de Dragagem. Mas também haverá compensações que serão direcionadas no âmbito da Licença de Operação, uma vez que ocorrerão restrições, exclusões da área de pesca, por exemplo, em função da delimitação de áreas de fundeio. Só reforçando com vocês que área de fundeio não é algo que é delimitado pelo IEMA, é delimitado pela Capitania dos Portos, mas essa condição, ela entra dentro do licenciamento ambiental. E nós não vamos deixar de atender, deixar de analisar e de cobrar ao empreendimento que faça de forma ágil, de forma otimizada, e que se coloque à disposição das diversas representações sobre a área de influência do empreendimento. Mas ela constará ao longo desse processo de licenciamento.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - O Weslei já falou tudo. Eles vão passar para a empresa quais serão as exigências, as compensações, e a empresa nunca se negou a conversar, a colaborar com as instituições, muito menos com o pessoal da Pesca.



Então, continuaremos realizando aquilo que for pedido para ser realizado, continuaremos com o nosso relacionamento com as comunidades, com todas as instituições, como sempre fizemos.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Complementando também, apesar de ser uma empresa já instalada, a gente está discutindo uma nova licença, que, portanto, tem novas condicionantes e novas compensações. Isso tem que ficar sempre bem claro.

A gente não tem mais perguntas escritas, então, a gente vai partir para as Oraís e a gente pede que a pessoa venha aqui no microfone que está aqui montado na frente para fazer a sua pergunta.

Apareceu mais uma aqui no finalzinho.

Pergunta de Cristiane.

Gostaria de saber se, com esses novos projetos vindos, a Barra será enxergada e se irá se tornar uma Orla decente para nós moradores, e quando começará a manter o município limpo?

A Cristiane está por ali? A pergunta é para quem, para o IEMA ou para a empresa?

(Pausa)

Compartilhada? Ok.

Então, vou repetir a pergunta.

Gostaria de saber se, com esses novos projetos vindo, a Barra será enxergada e se irá se tornar uma orla decente para nós moradores, e quando começará a manter o município limpo?

Acredito que é uma fala relacionada também à questão dos impostos, que contribuem para a cidade.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Boa noite, Cristiane.

A gente percebeu, no final da apresentação do Sérgio Fantini, que ele trouxe uma informação relacionada a impostos que serão direcionados, por exemplo, ao município em função da operação desse empreendimento. São aproximadamente 1 bilhão e 700 milhões de reais em investimentos, e que isso, durante a sua fase de Operação, trará impostos significativos para serem utilizados, digamos assim, como aplicação direta à qualidade de vida, à infraestrutura e diversas tantas outras frentes de lazer junto ao município.

Então, uma das formas que o licenciamento ambiental deste empreendimento pode trazer como impacto positivo é a aplicação desses recursos por meio da arrecadação dos impostos, por exemplo, em prol da qualidade de vida e infraestrutura dos munícipes aqui debaixo do Riacho.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - É isso, eu acho que é um impacto positivo, como o Weslei falou, extremamente positivo, a quantidade de impostos que serão arrecadados, e óbvio que, dessa maneira, juntos, nós podemos cobrar do município melhores condições, melhores, como vocês falaram, limpeza, melhores situações para que a comunidade tenha um bem-estar merecido, já que vocês estão inseridos em uma área onde o Estado, o município, arrecada grandes valores em impostos.

Nada mais justo que ser devolvido uma parte para a comunidade de vocês.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Weslei e Étore.

A gente encerrou, então, o recebimento de novos questionamentos.

Vamos partir para as inscrições Oraís. Então, a gente pede que a pessoa venha aqui na frente fazer sua pergunta. São 02 minutos para a pergunta e 03 minutos para a resposta.

A primeira pessoa inscrita foi Joyce Lopes Miranda.

Joyce, antes de você perguntar, diz se você de alguma instituição para colocar aqui na ata, e direciona a pergunta para o IEMA, a empresa ou consultoria, por gentileza.

A SRA. JOYCE LOPES MIRANDA - Bom, boa noite! O meu nome é Joyce Lopes Miranda. Eu sou representante da ACOA, Associação dos Cultivadores de Algas e Aquicultura da Orla de Aracruz.

Queremos lembrar para o empreendimento e para o IEMA que, muito antes de todo esse empreendimento chegar no nosso território, nós, mulheres, marisqueiras, pescadoras de Barra do Riacho, já utilizava aquela área para o nosso labor e o nosso sustento.

Então, toda aquela área era utilizada pelas pescadoras marisqueiras de Barra do Riacho e Barra do Saí, que estão aqui presentes, a Associação de Barra do Saí e de Barra do Riacho. Certo? Então, já deixando claro que aquela área era a nossa área de sustento, onde vocês estão instalados hoje, por licenciamento do IEMA, e sem consultar e sem nos apoiar no que é de nosso direito.

Então, agora deixa eu falar.

A minha pergunta vai ser direcionada aos dois, tanto ao empreendimento quanto IEMA.

O Estudo de Impacto Ambiental avaliou impactos cumulativos da expansão do Porto Imetame, somado aos empreendimentos já existentes no litoral de Aracruz. Certo? Em caso de positivo, qual foi a conclusão específica para a pesca artesanal e quais as condicionantes obrigatórias serão implementadas para garantir a continuidade da atividade pesqueira, da renda das famílias e de acesso à área tradicional da pesca, tradicionais da pesca, as áreas tradicionais da pesca?

Lembrando, eu quero que essa minha pergunta ela conste em ata, porque futuramente a gente vai cobrar essa resposta do empreendimento e do IEMA, e deixando claro o seguinte, que o importante é dizer para vocês que a perda do território pesqueiro, ela não existe medida compensatória para uma perda do território pesqueiro, pois nada compensa a perda da nossa cultura, do nosso modo de viver, e nada disso há que nos compense.

Então, tudo que for dito aqui, tudo que foi dito aqui, para nós ainda é muito pouco pelo direito que nós temos enquanto moradores e pescadores.

Obrigada!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) - Obrigado, Joyce.

Eu passo a palavra, quer começar, IEMA? Começando o IEMA pela resposta.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - A forma que nós temos, a forma administrativa que nós temos de cobrar a execução, por exemplo, de uma compensação, no caso referente à atividade pesqueira, é por meio das condicionantes estabelecidas na licença ambiental. Este é o instrumento forte, é um instrumento que tem um poder significativo entre o órgão ambiental e a empresa, na qual o órgão ambiental estabelece os critérios para fases seguintes do licenciamento da empresa. Não há outra forma de prosseguir com o licenciamento ambiental se a empresa não apresentar, por exemplo, um cumprimento, uma evidência de uma informação, de um programa que seja considerado satisfatório.

Então, a forma de se cobrar é por meio de condicionantes ambientais, e tudo isso estabelecido dentro da licença ambiental.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) – Joyce, respondendo à sua pergunta, a compensação pela área que você citou, onde vocês faziam a catar de marisco, é da licença ambiental passada, e ela já foi compensada numa ação em que todas as associações de Barra do Riacho, se reuniram, assinaram um documento, onde esse documento foi enviado para o IEMA, o IEMA veio nesse local e realizou uma Audiência Pública, onde os convertidos em valores, seriam valores infinitamente menores, e foi pedido pela comunidade inteira da Barra do Riacho a solução dos alagamentos da Mauro Cunha na época, a empresa investiu mais de 6 milhões lá, e graças a Deus nunca mais alagou lá. Foi um pedido de todas as associações aprovadas em uma Audiência Pública nesse mesmo local.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigada, Étore.

A SRA. JOYCE LOPES MIRANDA - Desculpa, mas eu preciso me responder, porque realmente ele chamou minha atenção, o meu nome, então eu preciso responder.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Desculpa, a gente não tem réplica nos questionamentos.

A SRA. JOYCE LOPES MIRANDA - Mas como em nós não fomos ouvidos e nem escutados na época, aí vocês estão falando de pescadores do mar, e não marisqueiros, não da praia, não do estuário, essa compensação não valeu para nós.

Então nós precisamos rever isso aí.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Joyce.

Eu chamo para a fala o senhor José Eduardo Azeredo. Dois minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO AZEREDO - Boa noite a todos. Parabéns por esse encontro. Eu acho que esse encontro reflete uma coisa importante, que é o grau de participação da comunidade e o ambiente que a Aracruz construiu para os seus empreendimentos.

Então, em primeiro lugar, eu acho que a gente tem a oportunidade aqui de construir um licenciamento ambiental muito melhor do que os anteriores. E é isso que eu acho que é o nosso desafio. Estão pontuados aqui as principais questões que estão afligindo, que têm uma preocupação em relação às compensações, que são a comunidade da pesca, a infraestrutura do bairro, a educação, a qualificação profissional, os empregos. Todos esses temas são os temas que precisarão ser tratados com muito carinho, com muito cuidado, pelo nosso IEMA.

E eu quero colocar aqui, em nome do nosso prefeito, do doutor Coutinho, a Prefeitura, a nossa equipe da Secretaria de Meio Ambiente, à disposição para poder contribuir para que esse licenciamento tenha essa qualidade. Nós temos um empreendimento aqui que é muito importante para a nossa cidade. É preciso a gente dizer que nós teremos, nos próximos anos, uma reforma tributária no Brasil, que vai criar condições de desafios grandes para o Espírito Santo e para a nossa cidade de Aracruz. E nós precisamos ter a compensação de infraestrutura adequada para que a gente possa manter geração de emprego, qualidade de vida, geração de oportunidade para as pessoas. E, nesse sentido, um porto, um projeto de infraestrutura, ele cria condição para que a gente possa atrair bons projetos para a cidade, para que a gente possa ter essas oportunidades para as pessoas.

Então, eu acho que está posto o nosso desafio, conte com a prefeitura, para a gente ter o melhor licenciamento possível que nós poderemos ter nesse processo.

Parabéns a todos!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, senhor José Eduardo.

Eu peço, por gentileza, que a gente consiga ouvir as manifestações de todo mundo, com respeito e o carinho que a gente sempre foi tratado aqui. Então, que a gente possa ouvir com atenção todas as manifestações que foram colocadas, porque todas têm a sua importância.

Eu chamo o Sr. Waldiney Tavares de Souza.

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA - Boa noite comunidade Barra do Riacho. Boa noite a todos e a todas, boa noite às autoridades aqui presentes.

Eu quero começar dizer que, infelizmente, é lastimado a gente não ter presença aqui hoje as pessoas que vêm buscar os votos para nos representar, e várias perguntas direcionadas aqui, as respostas estão sendo ditas que a questão tributária é feita, e é feita mesmo, é recolhida, e quem deveria trazer o retorno desses investimentos, alguns que são pedidos aqui em Audiência Pública, é de responsabilidade do Estado e do município. Só que eles não vêm na hora de o bicho pegar, de ouvir a comunidade, eles somem. A hora era estar aqui agora, não só na hora de pedir o voto. Essa é a primeira coisa.

Étore, agradecer mais uma vez o seu empenho de sempre estar ouvindo a gente, mas eu tenho uma preocupação. Você tem uma fala dita aqui nessa comunidade, aqui nesse local, de enquanto você estiver lá, e eu espero que esteja muitos anos ainda de vida, em nome do Senhor Jesus Cristo, a garantia de ajudar as comunidades a ter a mão de obra local. Só que nós não sabemos até quando nós vamos estar nesse plano, nenhum de nós, a gente não sabe o dia de amanhã. E a gente viu o noticiado essa semana que o Porto Imetame já tem um parceiro de 50% já de acionista do seu Porto. A minha preocupação é se no futuro o controle acionário sair de sua mão, talvez a gente não tenha essa garantia da mão de obra local e todos as condicionantes seguindo no fluxo que está indo.

Então, eu solicito aqui à Audiência Pública, que isso fique registrado em ata, que todos as condicionantes até hoje debatidos e essas que estão sendo debatidas para novos impactos que estão surgindo, sejam garantidos independente do controle acionário. Porque hoje é você amanhã a gente não sabe o que os holandeses vão querer aqui com a gente. Os caras são ruins, os caras não deixam a gente beber água, não, tá? Esse é o primeiro ponto. Rapidamente vou tentar falar sucintamente o seguinte.

Olha, eu pedi há três anos atrás a um entrevistador do grupo Imetame, que foi até a ONG Amigos da Barra do Riacho, quais seriam os cursos que a gente gostaria de ter para a qualificação. Eu já fiz três, de carpinteiro, armador, pedreiro, está me servindo, estou fazendo a minha obra. Muito bom. Mas a gente já cansou disso. Eu falei até com o Sérgio lá, brincando, na reunião, a gente vê aquele pessoal, naquele macacão bonito, todo estrelado; a gente quer entrar no macacão daquele. Eu quero pegar aquela *babinha* lá de 12 mil, 15 mil, eu quero ser portuário, a gente tem que ter um curso de qualificação portuária aqui na nossa comunidade, não é lá em Aracruz, é aqui. Sabe por que, Étore? O trabalhador cansado sai lá do porto, está trabalhando, está amarrando ferragem, ele fica cansado de pegar o ônibus para ir lá para Aracruz fazer o curso. E se o curso for feito lá, vai priorizar as pessoas que moram lá. Nada contra, mas o impacto está aqui, na Orla. Então, a gente precisa do curso aqui, os empreendimentos estão aqui, os cursos têm que ser aqui.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – O Sr. Waldiney, por favor, conclua a pergunta.

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA - Rapaz, eu ouvi três horas vocês falando, deixa eu falar mais um pouquinho.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – É o tempo, é o tempo de cada um.

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA – É construtivo.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Mais 30 segundos, por gentileza.

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA – Com 30 segundos, eu não vou falar porque a comunidade quer que eu fale.

Então, veja bem, para os novos impactos, eu quero sugerir a construção do hospital público municipal aqui, porque aqui a gente tem várias indústrias que podem ter um surto, podem ter um risco. A gente precisa de ter esse hospital aqui, porque até se deslocar lá, graças a Deus tem em Aracruz, mas Aracruz cresceu, a gente precisa de uma emergência aqui. Não é uma UPA sem estudo metodológico que vai dizer que vai resolver o problema, onde a gente tem vários empreendimentos com milhares de prestadores de serviço aqui.



Por último também, e não menos importante, quero colocar como medida compensatória a revitalização do asfalto do bairro São Pedro e de Xique-xique e Pindorama, que virou um queixo isso. Então, a gente precisa de escola aqui, para terminar, de vez do impacto que está sofrendo, acarretando, falta de escola nas creches, na pré-escola.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Sr. Waldiney, por gentileza.

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA - Pois é, mas é hora do povo falar.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Mas tem outras formas de contribuir, como a gente colocou, né?

O SR. WALDINEY TAVARES DE SOUZA - Eu contribuo em todos.

Então, para encerrar, eu preciso aqui, junto com a minha comunidade, um hospital aqui, mais escola, e uma revitalização do asfalto para o nosso bairro São Pedro e Xique-xique, Pindorama, porque a gente não é pior do que ninguém.

Obrigado!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sr. Waldiney.

Eu peço para Imetame comentar a pergunta, por gentileza.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - Waldiney, você é um excelente líder comunitário, não foi um bom colaborador da Imetame, mas tudo bem! Brincadeira, gente.

Eu vou pedir para você concentrar em você, pode ser, os currículos dos interessados nesses cursos de operação do porto. Pode ser? Pode ser, comunidade? Pronto. Está instituído. E aí nós vamos conversar para ver a viabilidade do seu pedido. Vamos conversar para ver a viabilidade. Vamos analisar os currículos, ver se tem perfil o suficiente para a gente trazer um curso para cá. Porque tem que ter quantidade, quantidade e perfil para poder a gente fazer o investimento e trazer um curso para cá. Vamos estudar sobre isso, vamos conversar sobre isso. Não estou prometendo que vai ter, mas estou prometendo o diálogo, a conversa e você faz a sua parte que nós vamos fazer juntos esse caminho aí.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Étore.

Eu convido para falar o senhor.

O SR. SÉRGIO FANTINI – (EMPREENDEDOR) - Só complementando, a gente tem uma informação assim. Waldiney, nós já estamos já bem avançados com duas escolas de operação portuária para trazer as operações dessas escolas para cá.

Você, como concentrador aqui, vai conversar disso com a gente, está bom?

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sérgio.

Eu convido para falar o senhor Maike Machado.

O SR. MAIKE MACHADO - Boa noite a todos!

Antes de fazer alguma pergunta, eu quero fazer uma explanada, porque vocês fizeram, colocaram um monte de slides, perceberam algumas pessoas que eu vim aqui bater foto desses slides, que era para me estar inteirado do assunto que foi colocado aqui. Então, primeiro, eu quero discorrer em cima disso. Outra observação que eu gostaria de fazer é que na próxima Audiência Pública tivesse aqui mais duas autoridades, IBAMA e Capitania, porque também a gente tem interesse em relação a isso. Faltou esse tipo de autoridade aqui, porque foram feitas perguntas para o pessoal do IEMA e vocês não responderam. Então, a gente precisa de resposta concreta.

Pois bem, vamos lá.

Foram colocados aqui nos slides impactos. Os primeiros impactos que foram colocados aqui nos slides foram ruídos, poeira, que foram os impactos negativos, e condicionamento de trânsito. Isso foi colocado aqui.

Impactos positivos. Geração de emprego, foi colocado, mas não levaram em consideração a perda de postos de trabalho. E isso eu falo...

Então, vamos lá. Vocês colocaram, abriram um slide aqui também, que isso vai diretamente com o interesse de muitas pessoas que moram aqui na Barra do Riacho, que é o seguinte, o impacto foi: alteração da rotina de pesca artesanal e a convivência do mesmo espaço potencial, vazamento acidental, e aí vocês colocaram os programas aqui para poder fazer essa contenção.

Vamos lá, então. Agora vamos ao que de fato interessa.

Observando isso, já estive numa outra reunião do pessoal do meio ambiente, eu posso observar que, isso não só em Aracruz, mas em outros locais, a parte ambiental é vendida. Por quê? Porque você chega lá para poder desmatar, cortar uma árvore, os caras não te dão autorização. Você quer fazer a limpeza de um terreno, dependendo da árvore que estiver lá, eles não te dão. Mas o Meio Ambiente deu autorização para poder fazer um desmatamento de uma área gigantesca, para poder instalar ali a empresa da Barra do Riacho. E aí se fala em compensação. Estava conversando com uma pessoa aqui, agorinha, que eu não estou conseguindo enxergar para aqui, com essa relação a essa compensação. Por exemplo, a gente tem o fundo do mar, onde vocês estão fazendo uma escavação, uma dragagem, e não foi feito um estudo de fato, lá no fundo daquele mar, para poder saber quais de fato, quais eram as espécies que estavam ali, um estudo apurado. E aí eu vou falar porque, quando você fala de compensação, pode existir, como houve em algum local aqui, uma formiga lá, que eu nem sei como é que é, que tiveram que tirar e levar. Mas lá no fundo do mar, pode ter um tipo de espécie que só tem ali. Então, compensação nenhuma iria resolver essa questão.

Mas vamos lá.

Agora vamos falar...

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Maike, eu preciso que você faça a pergunta para a Mesa.

O SR. MAIKE MACHADO - Não, eu estou fazendo a explanação, e é de interesse, como eu falou, eu escutei bastante...

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Mais um minuto para a sua pergunta. Por gentileza.

O SR. MAIKE MACHADO - Só falar, como é seu nome?

Então, Chander, quando o nosso querido aqui, Étore, falou o que ele ia falar, ele ficou na Mesa e falou, e eu observei isso.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Eu estou te dando mais um minuto para além do tempo.



O SR. MAIKE MACHADO - Quando eu estou falando disso aqui, aqui, na minha parte aqui lateral, tem um monte de gente que depende da pesca. E aí o que acontece? Você vai lá hoje, a escavação e futuramente, os navios, por causa da hidrodinâmica deles, quando roda aquela hélice ali, eles acabam ali com aquela parte do fundo do mar. E aí fala-se aqui em compensação.

Aí a minha pergunta para o cara foi exatamente essa. Qual é a compensação que tem para um monte de gente que depende de pesca chegar lá e fazer uma rua? Você tira o direito do cara de pescar, você tira o sustento daquela pessoa que vive daquele tipo de prática, e aí você pega uma Imetame que, observando o slide que estava aqui agorinha, o nosso Aladim lá falou, tinha 200 milhões em impostos. Então, eu penso o seguinte, para mim poder pagar 200 milhões em impostos, eu tenho que estar ganhando muito mais do que isso. E aí eu tiro o sustento das pessoas, eu deixo essas pessoas sem ganhar o dinheiro, e eu escolho a forma de compensação para essas pessoas. Isso não existe, não existe!

Ô Sérgio, você vai balançar a cabeça, mas eu vou falar novamente. Compensação não vai colocar comida no prato dessas pessoas. Não vai! Não vai! A compensação para as pessoas é que a Imetame, a partir do momento que ela se instalar aqui, ela vai ganhar dinheiro para o resto da vida dela. E isso é em bilhões. E aí você tira do morador que, eu estava falando com o Sérgio, o cara que vai lá, que depende da venda do camarão, inclusive eu sou um proprietário de barco, o cara que vai lá e vende peixe, o cara que vai lá e está no restaurante, e isso, isso, eu vou reiterar com autorização do IBAMA, do IEMA, da Capitania dos Portos, e que quando a gente vai pedir uma licença lá para poder pescar legalmente, eles negam falando o seguinte, que tem que proteger a pesca. E aí, como que pode? Vocês querem proteger o local de pesqueiro, aí vocês vão lá, cavam, tiram a lama, e eu falo porque eu sou morador de Santa Cruz, tinha uma balsa lá, o local era uma cava muito grande, não tinha, hoje está assoreado.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Sr. Mike, por gentileza, eu peço sua compreensão.

O SR. MAIKE MACHADO - Então eu gostaria que vocês respondessem essa pergunta. E outra coisa, eu vou reiterar, compensação não é obra. Compensação é você chegar lá e colocar o dinheiro no bolso de quem vocês estão tirando.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sr. Mike. Eu acho que a pergunta é relacionada como que é proposta a compensação, a partir de um impacto. Como que se define que forma de compensação para a pesca é feita.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Mike Machado, não é? Perfeito, Mike.

O SR VITOR HUGO – (CONSULTORIA) - Wesley, posso só falar um minutinho antes?

Mike, é uma questão que é muito importante esclarecer. Para se fazer um estudo de impacto ambiental e conduzir um licenciamento desse, é necessário que se tenha uma empresa de consultoria ou empresas de consultorias com equipes técnicas multidisciplinares contendo diversos profissionais. Profissionais com títulos de mestrado, de doutorado, biólogos, engenheiros das mais diversas profissões. Quando apresentamos um estudo de impacto ambiental, ele abrange todas essas temáticas, inclusive a temática relacionada à fauna, como mencionado por você.

Como foi visto na apresentação que trouxemos hoje, foram anos de estudo. Nesses anos de estudo, avaliamos uma questão que se chama sazonalidade. Diferentes tempos durante o ano e ao longo de vários anos.

Tudo que foi apresentado aqui é fruto de anos de levantamentos de profissionais altamente qualificados, para que se tenha segurança de hoje estar apresentando um material que nos dê segurança, e esse subsídio para que vocês conheçam também. É por meio de uma ferramenta como essa, do licenciamento, que podemos trazer essas respostas e esses subsídios.

Respondendo aí, os estudos trazem essas respostas, não só as respostas, como as medidas. Muitas dessas informações não são nem decididas pelo empreendedor, elas são decididas pela equipe técnica isenta, que assina como responsável técnico, que pode responder civil e legalmente se houver essas informações.

Então, não é só uma decisão do empreendedor em relação ao apontamento das medidas e das compensações, mas sim de uma equipe que tem muita experiência e qualificação para isso.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Por gentileza, Mike. A resposta vai ser complementada ainda pelo IEMA.

Por gentileza, Mike! Por gentileza. Nesse momento, não.

Por gentileza, Mike. Esse momento não é permitido.

Por gentileza. Por gentileza, estamos seguindo... Estamos seguindo a regra do debate. Estamos seguindo a regra do debate.

Por gentileza, peço para o IEMA complementar a resposta. Mike.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Eu acredito que vocês estão diante de um excelente momento justamente para reivindicar anseios, necessidades, e a Audiência Pública tem essa finalidade. Essa é a finalidade da Audiência Pública. Então, o que vocês estão trazendo de informação para nós, isso será analisado, será pensado dentro da conclusão do parecer técnico quanto à viabilidade do empreendimento.

Agora, eu quero chamar a atenção, eu quero destacar a forma como é definida a compensação. Não cabe ao IEMA definir a forma da compensação. Se será por meio de uma infraestrutura, se será por meio de equipamentos e assim por diante. Não cabe ao IEMA definir, cabe ao IEMA determinar e cobrar. A construção, ela se dará novamente, ela se dará novamente a partir de novas reuniões entre empresa e as demais representações. Cabe ao IEMA avaliar se aquilo que está sendo construído, de fato, é viável, se é coerente, e se realmente ele vai fazer jus ao impacto que está associado. Mas não cabe ao IEMA determinar o tipo de compensação, mas ele acompanha e ele é coerente nas suas tomadas de decisões.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Sr. Mike, por gentileza. Por gentileza, Mike, a nossa equipe depois pode conversar com você, mas nesse momento a gente tem que seguir a Audiência com as pessoas que foram inscritas.

Eu convido, Sr. Mike, por gentileza, eu convido o Sr. Alexandre Barbosa para a sua fala.

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - Ótima noite a todos aí. Estou com uma tarefa muito difícil, que realmente é complicada, mas não tem outra maneira de a gente resolver ou tentar amenizar uma situação, a não ser na forma do diálogo. E é o que a gente vem fazendo.

A gente já sabe de todos os impactos que a gente vem causando. A pergunta é a seguinte, como é que a gente vai fazer para a gente resolver essa situação? Porque os erros, nós já vimos que tem erro para tudo quanto é lugar. Ninguém é criança aqui. Nós somos pessoas adultas e tem erro gravíssimo aqui, e vocês têm a oportunidade de acertar e consertar esse erro.

Gente, nós estamos falando de uma comunidade tradicional da pesca. Nós estamos falando de pessoas que têm o mar como a única e exclusiva fonte de renda, que não tem salário no final do mês. E eu não estou falando só do pescador, não, eu estou falando da cadeia produtiva da pesca, que são aquelas pessoas que não pescam, mas que depende que eu esteja no mar trabalhando para que eles garantam a sua sustentabilidade também.

O impacto que a gente está causando aí é direto no nosso bolso. Quando o empreendimento desse porte chega dentro de uma comunidade, é afetado toda a comunidade? É. No social, em vários tipos de coisas, mas no bolso, quem é afetado é o pescador. E muitas vezes você chega aqui, quer chamar toda a liderança para discutir um assunto de uma condicionante, sendo que o impacto é diferente. O impacto da comunidade é um, o impacto de quem sobrevive da pesca é outro. É totalmente diferente. E aí você esquece de juntar todo mundo para decidir o que...

Gente, pelo amor de Deus, eu não tenho como trocar. Hoje eu represento a Associação de Pescadores, estou como diretor executivo no Sindicato dos Pescadores e Marisqueiras do Estado do Espírito Santo, e eu não estou aguentando mais ver tanta injustiça. Eu não tenho como trocar meu prato de comida por um pedaço de bloco, por um tijolo. Isso não é justo, gente. Não é justo! É impossível. Onde estava o IEMA, que quando veio liberar a licença, não estudou lá o que era aquela área para nós? Por que não entrou dentro de um embarco com nós para saber o que era aquilo ali? A importância que tinha aquilo ali para nós? Igual o seu Étore falou, dentro da Associação, pô, mas vocês estão fazendo questão com o pedacinho de mar que a gente pegou? Aquilo é o meu coração que estava ali. Aquilo ali eu tirei do sustento dos meus filhos, da minha família e muitos amigos meus também.

Então, para você, pode até ser um pedacinho de mar, mas aquilo ali era a oportunidade que eu tinha de garantir o sustento para a minha família e para a minha vida. E hoje eu não vou ter mais.

O senhor, doutor Étore, vai ter um legado bastante, vai deixar para o seu filho, para o seu neto, para o seu bisneto, um legado bacana. Mas está tirando a oportunidade de eu deixar um legado para o meu filho, para o meu neto, para o meu bisneto. Eu não vou ter essa oportunidade.

Então, para ser bem claro com vocês, eu não vejo outra forma de a gente acertar essa situação se não for garantir que esses pescadores não fiquem desamparados, que eles tenham uma garantia de sustentabilidade. E se não quiser indenizar, pode deixar outra coisa. Se não quiser indenizar a nós, beleza. Deixa nós, então, entrar como participação do lucro da empresa lá.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Senhor Alexandre, por gentileza.

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - Aí seria justo, entendeu? Mas estamos falando de justiça. O jeito que vocês estão fazendo não está certo. Vocês estão tendo a oportunidade para acertar e eu não acredito que vocês vão errar de novo. A oportunidade é essa, entendeu?

Então, para deixar registrado aqui também pela Colônia Z.17 de Barra do Riacho, Associação de Pescadores de Santa Cruz, Associação de Pescadores de Barra do Riacho, vai algumas reivindicações aqui, algumas coisas que a gente vai deixar aqui com o IEMA. E espero ter uma data aqui para a gente poder ter um retorno. Espero que vocês retornem aí da melhor forma para a gente, leiam com atenção e deem uma resposta para a gente nisso aqui, que são três entidades que estão pedindo uma resposta do IEMA. O IEMA que ficou 11 anos, sem fazer nenhum tipo de fiscalização para saber se estavam sendo feitas as compensações dentro das comunidades, que a própria Imetame falou que ia impactar, dentro do estudo de impacto ambiental. Então, o IEMA teria 110 dias para entrar com o plano de compensação para fazer, com que a empresa atendesse as demandas e passaram 11 anos e não foi feito nada. 11 anos, não estou falando 110 dias não, 11 anos.

Então, estão aqui mais algumas reivindicações da gente, que a gente está fazendo, não só a Associação de Pescadores, mas a Colônia Z.17 e a Associação de Pescadores de Santa Cruz também.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Sr. Alexandre, só uma questão, Alexandre. Você quer... Alexandre, você quer que alguém comente a sua colocação?

Perfeito.

Você quer que alguém comente a sua questão?

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - Qualquer um que puder, até o senhor Étore mesmo, o IEMA.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Vou passar para o IEMA fazer uma contribuição à sua fala.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Alexandre Barbosa. Estamos... Mediador Chander, eu gostaria que, como o próprio Alexandre Barbosa citou, que conste na ata, durante a sua fala oral, que ele apresentou aqui documentos associados, que trazem questionamentos, não é, Alexandre?

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - De três entidades que apresentam a pesca hoje.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - E essas informações serão analisadas no âmbito dos autos do processo que compõem essa Audiência Pública.

Alexandre, o seu questionamento, ele é muito similar a outros que se referem à compensação da pesca. É muito similar. Então, eu poderia aqui trazer informações que já foram ditas anteriormente, até por mim, com relação à compensação da atividade da pesca, no âmbito do rito do licenciamento, em função da expansão, haverá novas tratativas entre empresa e as representações. E o IEMA irá acompanhar, caso seja emitida uma licença ambiental, irá acompanhar todas essas tramitações, a fim de avaliar, analisar e deferir a compensação mais coerente em virtude do impacto associado à atividade de vocês.

Então, no âmbito do licenciamento ambiental, nós temos essa condição. Combinado? O seu questionamento é semelhante a outros que já foram dados, mas ele não deixa de ser importante e estar registrado.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Alexandre, por gentileza, nós não temos espaço para réplica. Eu peço que a gente, a empresa quer fazer alguma contribuição à fala do Sr. Alexandre, acho que a questão da compensação está bem clara, que nós vamos tratar novamente a partir da próxima licença.

Eu peço para o Sr. Fernando do ICMBio fazer a sua fala.

O SR. FERNANDO REPINALDO – Boa noite a todos presentes. Boa noite à Mesa.

Meu nome é Fernando Repinaldo, sou analista ambiental do Instituto Chico Mendes, do ICMBio, responsável pelas unidades de conservação federais instaladas no município, na região, na verdade, estende além de Aracruz. E me chamou a atenção que no processo...

De forma bem objetiva, para poder permitir que a maior parte das pessoas falem, no devido rito legal do processo, o ICMBio, como órgão gestor das unidades de conservação, deveria ter sido consultado. No momento de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e após, para a ciência do resultado do estudo. E a gente não identificou, a gente recebeu o convite para essa Audiência e a gente verificou nos nossos processos que a gente não foi comunicado desse processo de extensão, de expansão.

Então, na verdade, a gente vem acompanhando o processo inicial, inclusive, pudemos fazer contribuições relevantes nas Condicionantes.

Então, eu queria deixar registrada essa ausência da ciência do ICMBio e queria que pudesse ser feita essa ciência para a gente poder analisar e contribuir. Inclusive, no RIMA, a gente percebeu, olhando aqui, que no próprio mapa de impactos apresentado foram excluídos os limites das unidades de conservação, o que dificulta também a compreensão da real dimensão desses impactos.

Então, queria também pedir para... Obviamente, espero que a gente tenha a oportunidade de avaliar tecnicamente e contribuir melhor, mas já queria deixar esses apontamentos aqui.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Perfeito, obrigado.

Passar para o IEMA fazer sua resposta.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) - Fernando, boa noite. Não tenho a informação, neste momento, se de fato houve ou não a comunicação ao ICMBio. Mas é uma questão que,

como você mesmo disse, para constar essa informação em ata, e nós também vamos verificar dentro dos autos do processo de licenciamento. O processo de licenciamento é extenso, são muitas informações que são colocadas dentro do processo, e cabe uma análise mais delicada, mais detalhada, melhor dizendo, por parte do IEMA. Mas fica registrado, para a gente poder dar esse retorno ao ICMBio.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Wesley.

Eu passo para a pergunta do senhor Júlio César Florentino Perini.

O SR. JÚLIO CÉSAR FLORENTINO PERINI - Boa noite a todos e todas.

A minha fala é o seguinte, eu observei no slide que a pluma, no momento em que é feita a dragagem, ela acaba se espalhando e ela fica em frente à Barra do Riacho, à praia da Barra do Riacho. E ali tem a Boca da Barra, que é um enrocamento do rio Riacho. Parte daquele sedimento, quando a maré está cheia, ela acaba adentrando dentro do rio Riacho.

O rio Riacho, existe um canal, Caboclo Bernardo, que foi feito só na areia, não foi feita a calha, igual no rio São Francisco. E aí vem muito sedimento, muita areia, que vem ao encontro da Boca da Barra e faz assoreamento do rio. Esse rio está morrendo.

Com esses empreendimentos, a tendência é que, cada vez mais, o rio fique assoreado. Além disso, eu não ouvi nenhuma citação, não sei se por falta de tempo, eu gostaria de saber também se existe algum monitoramento próximo à foz do rio Riacho, dentro do rio, ali próximo à foz, na Boca da Barra. Se existe algum monitoramento da quantidade de sedimento que está se depositando, acumulando ali. Por quê? Eu sugiro, como medida mitigadora, que seja feita a dragagem do rio Riacho, que seja feito o enrocamento da barra do Riacho, ou seja, a Boca da Barra, que seja construído isso daí, e também, como medida compensatória, que seja construído pela Imetame uma estação de tratamento de esgoto e um emissário para jogar esse esgoto, que depois de ser tratado, bem longe, no mar.

Além disso, outra coisa importante que eu tenho que falar é sobre a questão do transporte. Foi falado ali que a ferrovia vai cortar a 257, a rodovia ES-257. Eu gostaria de saber se vai ser feito viaduto ali, também gostaria que isso fosse uma Condicionante, que fosse feito viaduto. Outra coisa também, que não foi falado, mas acho que é importante, são os pontos de travessia de animais. Foi citado muitos animais que estão morrendo,

sendo atropelados, porque os empreendimentos vêm e não é feito ponto de travessia de animais. Eu acho que isso é uma Condicionante.

E, para finalizar, eu gostaria de sugerir que seja feito um Termo Socioambiental, com o Ministério Público, com o IEMA, com o Imetame, com a Prefeitura de Aracruz, para fazer cumprir a lei, para fazer aquilo que foi falado aqui, 11 anos de empreendimento.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Sr. Júlio César, por gentileza, o tempo está esgotado.

O SR. JÚLIO CÉSAR FLORENTINO PERINI - Essas são as minhas Condicionantes. Tinha mais coisas para falar, mas está difícil falar aqui.

Obrigado!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado. Passo para a Imetame fazer as suas contribuições.

O SR. ÉTORE SELVATICI CAVALLIERI – (EMPREENDEDOR) - Júlio César, com relação a uma parte que você falou, do assoreamento que a dragagem está provocando na Boca da Barra, sinceramente, tecnicamente, eu acho que isso é impossível. Primeiro, porque nós não estamos produzindo pluma, mas podem ser feitos estudos para ver se está sendo feito. Com relação à dragagem da boca da barra, com relação a um canal que tem que ser feito, nós estamos iniciando, na semana que vem, o estudo, me auxilia, André, o estudo de Batimetria que vai ser feito para ser feito um projeto, isso em parceria com a Prefeitura de Aracruz e com o Governo do Estado.

Isso está em andamento. E a Imetame está dando o primeiro passo para fazer esse estudo de batimetria e o projeto executivo da proteção da boca da barra, do enrocamento, da entrada dos barcos. A batimetria e o projeto executivo estão sendo feitos pela Imetame. Começa na semana que vem.

O SR. SÉRGIO FANTINI – (EMPREENDEDOR) - Júlio César? Júlio, eu queria complementar aqui. Esse é um estudo que vai ser feito em parceria com o Governo do Estado, com a Prefeitura, com a Universidade Federal, e a Imetame está fazendo questão de fazer parte disso com levantamentos técnicos e preparação de projetos para a estabilização da boca da barra.

Uma outra questão que você colocou é com relação aos sedimentos. A gente trabalha em uma área muito protegida hoje, Júlio, que evita que o sedimento venha para a costa. E a área de deposição do sedimento que é dragado, ela já vai em uma profundidade que as simulações matemáticas demonstram que lá ela permanece ou ela pode ser remobilizada, mas nunca em direção à costa. Nós temos Condicionantes que nos obrigam a fazer o monitoramento da linha de costa. Constantemente, todo semestre, a gente faz um levantamento com topografia, com drone, para evitar e prever bem precocemente se tiver havendo alguma alteração da linha de costa.

Essa é uma Condicionante do IEMA, também reforçada pelo ICMBio. Há esse controle, nós temos os relatórios, são protocolados no IEMA, constantemente, e esses dados se tornam públicos, depois do IEMA analisar.

Então, essa segurança a gente tem, está bom?

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Perfeito, obrigado, Sérgio.

Passando a palavra agora para o Sr. Herval.

Sr. Erval, por gentileza.

O SR. HERVAL NOGUEIRA JÚNIOR - Boa noite a todos e a todas.

A minha pergunta vai para o IEMA.

IEMA, na verdade, a gente gostaria que antes de qualquer investimento que tivesse esse macro investimento, primeiro olhasse onde estão esses profissionais da natureza, que são os pescadores, que são os ribeirinhos, para saber o seguinte, para saber o seguinte, fala-se assim as empresas, os grandes investimentos falam: Eu vou gerar mil empregos, mas quantos estão tirando de emprego? Quantos estão matando as espécies? Qual o cálculo que vocês trazem para nós, IEMA, para a sociedade? Esse é o primeiro debate, para depois discutir a questão de investimento, que é o grande progresso.

A prova está onde? Eu não sei, esses companheiros e companheiras do IEMA, técnicos, estavam na reunião, no ano passado, dentro da Imetame, e a gente saiu dali com o compromisso de revelar a praia pela empresa, que nós iríamos lá na Praia do Hóspede, para olhar o assoreamento que está fazendo aquele absurdo daquele quebra-mar. Levantando a



árvore, mas a árvore é uma área de lazer social da sociedade, da Barra do Riacho e do Litoral.

Então, os órgãos públicos, primeiro, têm que ter compromisso. Mas, na frente, o padrão dessa questão é o meio ambiente e a vida, o ser humano. Não pode ser as empresas. Não pode, jamais pode ser empresa. Nós estamos atropelando, atropelando a ordem da natureza.

Então, eu peço que venha até suspender esse processo, para que se discuta com a sociedade. Tem muita dúvida. É muito fácil, porque para as empresas é fácil de chegar ao governador, é fácil de chegar ao presidente, é fácil de chegar aos prefeitos. Mas, nós não temos esse mesmo espaço. E aí, quem quer falar com dois minutos? Quem quer falar com dois minutos para defender o interesse de quem? Do meio ambiente? Da vida? Ou dos grandes investimentos? É isso aí.

Eu deixo aqui o meu pedido e aqui eu estou falando como Suport - ES - Sindicato dos Portuários da Orla do Espírito Santo.

Muito obrigado!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sr. Herval. Wesley, você quer comentar sobre o processo?

A Audiência Pública é parte do rito, do licenciamento, e, obviamente, tudo o que é falado aqui é considerado nas nossas análises e nas nossas licenças.

Eu passo a palavra para o Sr. Lambisgóia.

O SR. JOÃO CARLOS – LAMBISGÓIA - Boa noite a todos vocês. Vocês sabem que meu nome é João Carlos, mais conhecido como Lambisgóia. Represento o sindicato dos pescadores e marisqueiros aqui do Estado do Espírito Santo.

Há algumas perguntas que eu não vou fazer para vocês, mas quero fazer uma pergunta para essa turma aqui. Vocês sabem o que significa essa Audiência Pública aqui hoje? Beleza! Então, no final, vou responder para vocês.

Amigo, você falou ali que, pelo resultado dos seus trabalhos aqui dentro, vocês não encontraram nada de comprovação com o peixe, nada errado, não. Pois aqui eu apresento a todo mundo como o ICMBio estava ali e participou. Eu participo de toda a contaminação do

pescado aqui. Garanto para vocês que o ICMBio está ali e que nós fizemos o sexto seminário lá dentro da UFES e comprovamos que o próprio plâncton, que está aqui na beira desses meios, estão todos deformados. Isso não foi nós que disse, não foi o ICMBio que disse, não foi nada disso, não. Foi o Adalto Bianchini, junto com o Joka, com o Milamon e com todos aqueles professores do Brasil todo, fez esse trabalho e apresentou nesse sexto seminário, o ICMBio é presente.

Quando ele falou para vocês mesmo que eles não foram consultados, vocês consultaram a Defensoria Pública para estar aqui presente representando essa turma toda?

O que eu quero dizer para vocês é que as suas comprovações estão erradas e eu tenho tudo aqui em foto. Tudo o que foi feito nesse seminário é comprovação que os peixes estão todos deformados.

Beleza, sua parte.

Agora eu pergunto uma coisa para o senhor. Quando o senhor falou bem assim, investimento para a Barra do Riacho, vamos dar um hospital, dar um campo, dar um negócio. Olha só, isso é obra pública, obra pública se faz com o dinheiro público dos impostos que nós pagamos. Vocês me desculpem, mas é a realidade. Se eu pago imposto, eu quero ter um hospital, quero ter um negócio. Isso é Condicionante para vocês que não relevam. Como foi falado aqui, quem perdeu mais aqui, não desmerecendo todo mundo, mas os pescadores ali perderam a verdadeira *laminha*, que todos que são moradores aqui sabem o que é que eles dizem. Que não dizem só o respeito a eles, dizem o respeito também aos pescadores lá de Vitória, porque pier também fortalecia aquele trabalho. Vocês não conhecem o mar, vocês não sabem o que é aquele pier que vocês fizeram, 79% do pesqueiro nosso foi embora naquele pier. Ainda vocês vão trazer, eu moro em Vitória, eu sei lá muito bem o que é um canal de navio, na qual nós trabalhamos lá em Tubarão.

Quando você expandiu aquela área todinha lá do canal, essa turma que pesca aqui de lanchinha aí, pode esquecer o trabalho deles, porque no meio da rota deles, se alguém der um problema, vir um navio, vir um negócio, eles não vão esperar para tirar a lanchinha, não. Eles vão passar por cima deles. E como é que quer vir da Condicionante com uma lajota, com um meio-fio, para a turma dessa?

O que eu quero, então, para vocês, a minha explicação é isso.

Agora, quando eu fiz a pergunta o que significa uma Audiência Pública para eles hoje aqui, o que eles queriam é que eles já conseguiram, porque tem várias autoridades aqui no meio de vocês, o que eles queriam, eles conseguiram fazer uma Audiência Pública com o IEMA presente, com o ICMBio presente, com várias autoridades presentes, e na qual vocês também participaram. De que forma que vocês participaram? Assinando a porra da ata lá. Que saiu o nome de vocês que estão aqui, eles vão apresentar lá e vão ganhar um licenciamento. Por quê? Porque eu fiz a Audiência Pública e quem estava presente lá assinou por nós.

Então, é isso. Eu não quero a resposta de vocês não, porque as respostas de vocês eu já sei. Mas o ICMBio que está aqui presente, ele deixou um ponto bem claro aqui que vocês invadiram área sem eles serem comunicados. Vocês fizeram a Audiência, mas não convidaram a defensoria que está representando essa classe aqui.

Então, é isso que eu tenho que falar para vocês. Eu não preciso de resposta. Simplesmente um alerta para todos.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Obrigado, Sr. Lambisgóia.

Eu convido para a fala o Sr. Tininho, por gentileza.

Ele falou que não precisava de resposta. Ele comentou isso na fala.

O SR. TININHO - Boa noite a todos. Boa noite, comunidade. Boa noite, representantes, da Imetame. Boa noite, representantes, do IEMA, do ICMBio e representantes legais da sociedade.

Eu quero aqui ressaltar a importância do que nós perdemos espaço físico naquela prainha dos Hóspedes, onde essa comunidade todo fim de ano, todo verão, lota. E hoje a gente observa que não tem espaço mais para estar lá como pessoa física. Nós, na comunidade, estamos tendo dificuldade para estar usando aquele espaço, porque vocês avançaram a nossa comunidade e nós ficamos com espaço limitado.

Então, resalto aqui a atenção. Para dar uma atenção a isso, em relação à comunidade, observando isso. E, no início, o Sérgio falou sobre o trânsito. Só que ele deu uma ressalva sobre o trânsito da rodovia ES-010. E aí, Sérgio, eu quero também trazer esse

ponto. Eu quero pontuar a questão do trânsito da nossa comunidade, que ele tem aumentado. O nosso atendimento no PA tem aumentado. O nosso cemitério não está cabendo mais gente. Com isso, aumenta o depósito de esgoto, o nosso rio Riacho. Aí, o que me chama também a atenção é a ausência do poder público aqui, onde a gente podia estar fazendo perguntas. Por quê? Foram vendidas terras de 20 milhões de reais para Imetame num primeiro momento, depois 25 milhões em outro momento, que foi anunciado na Rede Gazeta, eu acompanhei, 20 milhões e 25 milhões, e um pedaço de 120 milhões ao norte aqui para a empresa Cedisa. E nós não temos cemitério justo para enterrar os nossos entes queridos da comunidade.

Então, isso vale a pena chamar a atenção, porque, como vocês falaram, vocês querem nos trazer compensação.

Ressalto aqui a fala do Lambisgóia. Compensação, obra pública, é dinheiro público, porque esse dinheiro que vocês pagam é para reverter em ações da comunidade.

Então, o que nós precisamos aqui é ser reparados, porque a comunidade foi impactada indiretamente, porque come pescado. Quem pesca o pescado é o pescador. Se ele não pesca, a comunidade não come. E as pessoas que indiretamente são afetadas pela pesca.

Então, eu quero deixar aqui a minha ressalva em relação aos impactos, aquele que continue os estudos em relação à nossa comunidade, o que esse empreendimento tem impactado. E peço a vocês que olhem com carinho para a questão dos pescadores.

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) –Obrigado, Tininho.

A gente agradece as contribuições todas e ressaltamos que a gente receberá questionamentos adicionais por meio do e-mail: participacaopublica@iema.es.gov.br até o dia 23 de junho. Todos os questionamentos serão respondidos.

E eu passo agora para o Gerente do IEMA, Weslei Uhlig, finalizar a audiência.

O SR. WESLEI UHLIG – (IEMA) – Prezados, esse momento, como já foi dito anteriormente, ele é importante. A participação de vocês, a indignação de vocês, tudo isso é levado em consideração, tudo isso é pensado por nós. A gente está aqui, de fato, para poder

ouvir, para a gente poder registrar e para que a gente possa pensar melhor sobre a percepção de vocês diante desta expansão, deste empreendimento.

Então, diante disso, considero que foi muito válido tudo aquilo que foi colocado aqui diante da Mesa, tudo aquilo que foi registrado, todos os questionamentos, temos todos os registros, isso vai compor todo o processo de licenciamento. E eu quero deixar principalmente o meu agradecimento a vocês, a participação de vocês, a disponibilidade de vocês de estarem aqui trazendo toda a necessidade de todas as representações aqui presentes.

Eu agradeço muito por esse momento, o meu boa noite a vocês e o meu agradecimento a todos.

Obrigado!

O SR. MEDIADOR – (CHANDER RIAN DE CASTRO FREITAS) – Pedimos só a gentileza de cinco voluntários para assinar a ata que a gente preparou.

Obrigado!
